

CONGRESSO DO SISMMAC



CADERIO DE TESES 2018





APRESENTAÇÃO	5
TESE I - TESE DO XII CONGRESSO DO SISMMAC - DIREÇÃO	6
EIXO I: Análise de Conjuntura	7
EIXO II: Análise do Movimento Sindical	
EIXO III: Programa de Trabalho do Sindicato	20
TESE II - CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DO 12° CONGRESSO DO SISMMAC .	32
EIXO I: Análise de Conjuntura	33
EIXO II: Análise do Movimento Sindical	45
EIXO III: Plano de Trabalho do Sindicato	47
TESE III - MOVIMENTO LUTA E RESISTÊNCIA - OPOSIÇÃO CUTISTA	48
EIXO I: Análise de Conjuntura	
Conjuntura Internacional/Nacional	49
Conjuntura Estadual	
Conjuntura Municipal	
EIXO II: Análise do Movimento Sindical	
EIXO III: Programa de Trabalho do Sindicato	66
REGIMENTO XII CONGRESSO DO SISMMAC	72





SISMMAC

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1577, Rebouças – Curitiba/PR, CEP. 80.220-070 | Telefone: (41) 3225-6729

Gestão "Fortes com a Base - Só a Luta Muda a Vida" (2017-2020)

Direção liberada | Adriano Vieira, Dulce Chaves, Liliane Tsumanuma, Luana Crestani, Luciana Kopsch, Mariana Navarro, Rafael Alencar Furtado, Solange Taurino, Viviane Bastos Pampu, Wagner Argenton

Direção que permanece nas escolas | Ana Claudia Xavier de Morais, Ariane Lopes, Arthur Zwolinski Prats, Cristiane Bianchini, Cristiane Marques de Souza, Francielly Costa, Gabriel Conte, Gabriela Dallago, Gislaine Franco Silvério, Juliana Zeni Ostroski, Maria das Graças dos Santos, Marilu do Rocio Schwanke, Marisa Tchorney Guimarães, Raquel Soares, Rosana Almeida, Sheila Simonsen, Thayana Ribeiro da Cruz, Wagner Batista

Equipe de Comunicação | Thaíse Mendonça (DRT 8696/PR), Dalane Santos (DRT 10051/PR) e Júlia Trindade

Projeto gráfico, ilustração e diagramação

Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)



ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: A FORÇA DO MAGISTÉRIO NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA!

osso XII Congresso será realizado no ano em que o SIS-MMAC completa três décadas de história. A transformação da Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC), criada em 1979, em sindicato ocorreu em outubro de 1988 e só foi possível por causa das lutas pela redemocratização do país que garantiram o direito de sindicalização que até então era proibido para os servidores públicos.

Nesses 30 anos de luta, o magistério passou por quatro planos de carreira, enfrentou a truculência de diferentes governos e não abandonou a luta por valorização e melhores condições de trabalho.

Aprender com a nossa história nos permite enxergar mais longe e plane-jar como devemos enfrentar os desafios atuais. Os congressos do SISMMAC existem para que essas lições não caiam no esquecimento, para garantir que a nossa categoria pare para analisar, debater e definir coletivamente os seus rumos.

A partir das decisões dos últimos dois congressos, o magistério avançou em sua organização, definiu princípios que orientam nossas estratégias de luta e aprovou uma política financeira que ampliou a estrutura do SISMMAC.

Vivemos nos últimos anos um período de desmonte da educação pública e de graves ataques aos direitos dos trabalhadores. E a ascensão de um modelo de presidência que defende abertamente a tortura e a ditadura coloca em risco o direito de nos organizarmos para resistir e combater esses ataques.

São tempos difíceis que só podem ser enfrentados com união e com o fortalecimento da nossa reorganização enquanto classe trabalhadora.

Além da Tese 1 elaborada pela direção do SISMMAC, dois grupos inscreveram textos com posições divergentes que compõem esse Caderno de Teses. Leia o material, informese sobre as diferentes análises e propostas e não deixe de participar dos debates!



ESE

Tese do XII Congresso do SISMMAC – Direção

Análise de Conjuntura

MAIS ALTA FASE DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

- **01.** São tempos difíceis esses que atravessamos como trabalhadoras e trabalhadores. Nunca se produziu tanta riqueza no mundo e ela nunca foi tão concentrada como agora: apenas 1% da população tem 50% da riqueza mundial, as 85 pessoas mais ricas do mundo têm a mesma riqueza do que as 3,5 bilhões de pessoas mais pobres (dados Oxfam). Se olharmos para os 10% mais ricos hoje, eles acumulam 87,70% da riqueza mundial. Nunca na história do capitalismo, a concentração de riquezas nas mãos de tão poucos foi tão grande.
- **02.** Essa expansão mundial do capitalismo como forma de produção e reprodução da vida avança e com isso suas consequências de aumento da barbárie social também avançam mundialmente. As disputas territoriais, necessárias nas disputas internacionais dos capitalistas e seus Estados, produzem atualmente o maior número de refugiados que já vimos no mundo: 68 milhões de trabalhadores, 30 milhões a mais do que o registrado em 2005 (relatório da ONU). Trabalhadores e suas famílias fogem das guerras promovidas e financiadas pela disputa intercapitalista das grandes potências pelo con-

trole de territórios e suas riquezas.

- 03. Os acidentes de trabalho, provocados pelas péssimas condições às quais a grande maioria das trabalhadoras e trabalhadores está submetida. matam e ferem ainda mais do que as guerras capitalistas. Segundo a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), morreram mais de 2,3 milhões de trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho no ano passado. O mesmo relatório admite que a cada dia mais de 860 mil trabalhadores são feridos no mundo em decorrência do trabalho sob a forma capitalista de produção. Nessa fase mais alta do desenvolvimento do capitalismo, suas contradições também chegam a fases cada vez mais agudas e mais insolúveis a curto, médio e longo prazo. Pois, o capitalismo não produz a paz e a harmonia social, produz, sim, o aumento da barbárie nas relações humanas como nos tem provado a sua própria história.
- **04.** Essa fase atual da luta de classes se deve também ao fato de termos tido uma derrota mundial no que diz respeito à construção de um projeto socialista de sociedade. O marco final dessa derrota, a queda do muro de Berlim, completa 29 anos agora em

2018. A derrota do bloco soviético, de inspiração socialista revolucionária, colocou em uma fase defensiva os socialistas revolucionários do mundo inteiro. Muitos foram os erros cometidos nesses processos e devemos reconhecê -los e superá-los, mas o princípio de igualdade social construído através de um processo revolucionário permanece cada vez mais atual e necessário de se reconstruir. Com essa derrota mundial, a luta pelo fim da exploração capitalista não saiu fortalecida desse enfrentamento. As tendências de humanização do capitalismo – como se isso fosse possível – ganharam força

e com ela o processo de conciliação de classes virou a base dominante dos programas da social-democracia pelo mundo afora. Aqui no Brasil, seguiu-se a mesma regra.

05. Mas a história insiste em mostrar diariamente o óbvio: sob esse sistema, a grande maioria dos trabalhadores e suas famílias terão péssimas condições de vida e a desigualdade social se aprofundará. Os capitalistas e seus Estados seguirão cobrando maiores esforços da classe trabalhadora, o que implicará na piora das condições de vida, de trabalho e no agravamento das contradições sociais.

RESISTÊNCIA E REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

o6. Resistir torna-se ainda mais necessário nesse cenário de defensiva, em que os ataques aos direitos dos trabalhadores se ampliam e se aprofundam em nosso país. Nesse momento, as lutas de resistência são, em grande medida, lutas para não sermos ainda mais explorados, para não perdermos mais direitos. Isso é saldo dessa conjuntura mundial e nacional. É nesse processo de resistência que podemos avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora pelo fim da exploração capitalista. Mas nossa pressa não apressa a história.

07. Olhando para a correlação de forças atual, vemos que os principais instrumentos políticos construídos nesse último período,

nas lutas de nossa classe, voltaram-se contra nós, trabalhadores. Ao colocar a conquista e manutenção do poder do Estado dentro dos limites da ordem burguesa como objetivo das organizações e da atuação de seus militantes, PT e CUT contribuíram na gestão do governo federal e na amortização das lutas sindicais e políticas para o aprofundamento do capitalismo no Brasil. Agora, em plena crise desse projeto de conciliação de classes, tentam empurrar para debaixo do tapete seus erros e culpabilizar unicamente os "golpistas" e traidores da direita tradicional – aos quais se aliaram por mais de uma década - pelos ataques violentos que estamos presenciando contra os direitos dos trabalhadores. Ataques que eles mesmos apresentaram na tentativa de não serem retirados do governo federal.

08. A Reforma da Previdência; a Reforma Trabalhista com a ampliação do PPE (Plano de Proteção ao Emprego, na verdade de proteção ao empresariado); a proposta que o negociado se sobreponha ao legislado; o PL 257 que renegocia as dívidas dos estados desde que se faça o desmonte do serviço público; a terceirização de todos os ramos de atividades, inclusive nas atividades-fim; a privatização de empresas públicas; a lei antiterrorismo que criminaliza ainda mais os movimentos sociais e suas ações são medidas apresentadas ou gestadas pelo próprio governo Dilma como forma de acenar à burguesia que cumpriria com os ataques aos nossos direitos para se manter no governo federal. Não adiantou.

dos nas lutas de nossa classe, transformaram-se em instrumentos para potencializar a
conciliação de classes ao longo de sua história de mais de três décadas, além de se burocratizarem, invertendo o trabalho de base
como eixo organizativo para avançar na luta
de classes e na construção do processo revolucionário. Também se dedicaram a um
trabalho de base de ampliação eleitoral, cada
vez mais superficial e baseado em figuras
públicas, condição fundamental para quem
opta pelo caminho da disputa da institucionalidade democrática burguesa como eixo
central de sua organização.

10. A CUT, por sua vez, tornou-se uma correia de transmissão dos interesses e necessi-

dades do partido e de seus parlamentares no projeto de conciliação de classes. Com a eleição de Lula em 2002, o papel de braço sindical do governo para aplicação de suas políticas fica cada vez mais consolidado internamente, como ocorreu na Reforma da Previdência de 2003. De um instrumento nascido das lutas da classe, a CUT passou a se organizar para amortizar e esvaziar essas lutas, centrando suas principais ações nos espaços da institucionalidade burguesa.

11. As práticas do PT no governo federal se assemelharam cada vez mais aos partidos e parlamentares da direita tradicional (DEM, PSDB, PMDB). A enxurrada de denúncias de corrupção do governo petista, prática comum a governantes desses partidos e do funcionamento do Estado democrático burguês, nivelaram o PT e seus representantes ainda mais por baixo. Pior ainda, o Capital e seus meios de propaganda apresentam e reforçam no senso comum que esse é o exemplo de socialismo. Toda a degeneração desses instrumentos, junto e fundamentalmente com o aprofundamento do capitalismo e de suas necessidades de exploração fizeram surgir aqui no Brasil um crescimento da extrema direita. Crescimento que tem grandes chances de levar à presidência do país seu representante do momento: Jair Bolsonaro.

12. No momento de escrita desta tese, as pesquisas apontam que ele se encontra à frente nas intenções de votos, contra o candidato do PT, Fernando Haddad (Datafolha). Essa vitória se efetivando representará uma grande derrota para nós trabalhadores, pois se aprofundarão ainda mais os ataques aos

nossos direitos e a repressão às nossas lutas. Esse crescimento da extrema direita no poder do Estado tem acontecido também mundialmente e antes até do que aqui no Brasil. A eleição de Trump, em 2016, nos EUA, centro do sistema, e o crescimento eleitoral dos partidos de extrema direita em toda Europa, principalmente na Alemanha e França, mostram que, com o aprofundamento do capitalismo e o fracasso de uma alternativa revolucionária, o que está colocado para os trabalhadores do mundo inteiro é uma intensificação de nossa exploração.

13. Para combater essa realidade, o caminho é o de intensificação de nossa organização e de nossas lutas. Combatemos essa candidatura da extrema direita no processo eleitoral. Teremos que combater ainda com mais firmeza e segurança um provável governo autoritário e fascista. Se tivermos mais um governo PT, com certeza os ataques não vão parar, porém as condições para combater esse governo serão menos desfavoráveis do que um governo abertamente fascista. Por isso, independentemente do resultado das eleições, temos certeza que devemos intensificar nossa participação ativa no processo de reorganização de nossa classe, a trabalhadora. Pois, o aprofundamento do capitalismo em nosso país e no mundo exigirão processos de lutas cada vez maiores e mais amplos.

PROPOSTAS

- Intensificar o trabalho de formação política nos Conselhos de Representantes e em nossos materiais sobre a conjuntura mundial e nacional.
- Reafirmar o posicionamento contrário sempre que necessário e lutar, articulado com movimentos nacionais, pela revogação dos grandes ataques à classe trabalhadora: Reforma Trabalhista, terceirização irrestrita, PEC do congelamento de gastos por 20 anos nos serviços públicos.
- Reafirmar o posicionamento sempre que necessário e lutar, articulado com movimentos nacionais, contra qualquer privatização/concessão das estatais e pela reestatização das que já foram privatizadas.

Análise do Movimento Sindical

CONTRIBUIR NA REORGANIZAÇÃO DE NOSSA CLASSE, A TRABALHADORA

14. Desde 2012, após a assembleia em que a grande maioria da categoria votou pela desfiliação da CUT, o SISMMAC saiu da Central que iniciou sua história com as trabalhadoras e trabalhadores e já há algum tempo atua contra a nossa classe. Nós, professoras e professores do magistério municipal de Curitiba, saímos da CUT, mas não saímos da luta. Pelo contrário, aprovamos no mesmo Congresso a necessidade de contribuir política e financeiramente para o processo necessário de reorganização de nossa classe, a trabalhadora. **Por isso, foi aprovado** que os 6,2% de nosso orçamento que iam para burocracia da CUT seriam destinados para as lutas de diversas categorias. Assim, conseguimos contribuir nos processos de reorganização de trabalhadoras e trabalhadores como, por exemplo, do serviço público: Sintcon-PR (trabalhadores dos Correios), Sifar (servidores de Araucária), Sismmar (magistério de Araucária), Sismuc (servidores de Curitiba), Sinsep (servidores de São José dos Pinhais), Sinetran-MT (agentes de

trânsito), Sindsaúde-PR (servidores da saúde), Sindserv-Santos (servidores de Santos), Sindagua-DF (trabalhadores do saneamento básico do Distrito Federal) e Sinasefe (servidores das instituições de ensino superior) e das oposições (APP-Sindicato, Servidores Municipais de Campinas, do Sintep-MT). Além desses, também contribuímos com os sindicatos do ramo produtivo: Sindicato de Metalúrgicos de Ipatinga, Limeira, Santos, Campinas, oposição metalúrgica de Gravataí, Sindicato dos Sapateiros de Franca, Sindicato dos Químicos de Vinhedos, Sindicato dos Têxteis de Blumenau, oposição bancária do Distrito Federal e da grande Florianópolis. Apoiamos também movimentos de estudantes, como nas ocupações das escolas em 2016, no Paraná, e com o Coletivo Outros Outubros Virão, que atua principalmente no movimento estudantil universitário.

15. Os critérios para a destinação dessa verba, do consequente apoio e acompanhamento político também foram aprovados em nosso X Congresso:

- 1) Independência frente a patrões e governos;
- 2) Autonomia frente aos partidos políticos;
- 3) Formação política;
- 4) Prioridade no trabalho de base, a partir dos locais de trabalho e para além dele.
- 16. Esses são os mesmos princípios que fundamentam o trabalho sindical do SIS-MMAC nas gestões Novos Rumos (2011-2014/2014-2017) e na gestão Fortes com a Base - Só a Luta muda a Vida (2017/2020).

DA CONTESTAÇÃO À CONFORMAÇÃO: A TRAJETÓRIA DA CUT E DA CNTE

17. Os princípios que fundamentam as ajudas oferecidas pelo SISMMAC são os mesmos da fundação do maior instrumento sindical já construído em nosso país: a CUT. Esses princípios visavam um sindicalismo classista e combativo. A CUT abandonou esses princípios e esse foi um dos principais motivos que fez com que se tornasse essa central sindical afastada das lutas da classe trabalhadora. Após a efervescente década de 1980, período de muitas lutas e greves contra o arrocho salarial, a atuação da CUT se dá cada vez mais no campo propositivo e menos no campo contestador do Estado. Elegem como seu foco principal a garantia de representar a classe, mas não de construir junto com ela sua organização e suas lutas. Assim, conformam-se cada vez mais na política de conciliação e disputa por dentro do Estado. Ou seja, ao invés

de transformar essa sociedade e esse Estado, o centro da política é administrá-lo dentro da desigualdade social que ele regulamenta e aprofunda. A maior central sindical da América Latina¹, nesse sentido, perde a independência política diante dos partidos e governos e se burocratiza cada vez mais, o que se contrapõe drasticamente ao que defendia no início de sua história: construir pela base um sindicalismo classista e contra o Estado capitalista.

18. Diante disso, o magistério municipal aprovou no X Congresso a desfiliação da CUT e permaneceu filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE). Isso ocorreu por já termos amadurecido a discussão com elementos concretos no caso da CUT, de seu distanciamento, burocratização e atuação contra a classe trabalhadora. Porém, naquele momento, não tínhamos elementos suficien-

^{1.} Conforme o site da CUT, acesso em março 2018: "Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base. Disponível em: https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico



tes para avaliar a desfiliação ou não da CNTE. Já no XI Congresso do SISMMAC, em 2015, aprovamos reavaliar a nossa relação com a CNTE diante do balanço feito nesses três anos de participação efetiva nos trabalhos da entidade.

POR DENTRO DA CNTE

19. Em 1989, esta confederação nasce já filiada à CUT e se torna um dos maiores ramos da Central, representando os trabalhadores da educação do país. Hoje, a entidade possui 50 sindicatos e federações filiadas e representa cerca de 1 milhão de trabalhadores em educação . É uma das maiores confederações também em termos financeiros, chegando a arrecadar mais de R\$ 14 milhões em um ano . Tudo isso faz com que seja através da Confederação que as principais políticas cutistas para a educação são construídas.

20. Entendemos que não basta apenas participar, precisamos, assim como em todas as nossas intervenções políticas, avaliar, propor e construir algo que esteja de acordo com nossos princípios. Estaria a CNTE seguindo o princípio de independência de patrões e governos, autonomia frente aos partidos e organização pela base? Para construir essa resposta é importante dizer que participamos ativamente nos últimos sete anos dos espaços e instâncias construídas pela Confederação. Participamos dos Conselhos Nacionais de Entidades (CNEs), de mais de 25 reuniões nacionais enviando diretores do SISMMAC e repre-

sentantes da base e também dos dois últimos congressos: o 31°, em 2014, e o 32°, em 2017. A partir dessa participação, confrontamos a prática da Confederação com os princípios que defendemos e praticamos como direção do SISMMAC, que foram aprovados por unanimidade em nossos últimos dois congressos. Vejamos, então, quais são esses princípios e se são ou não praticados.

INDEPENDÊNCIA DE PATRÕES E GOVERNOS

21. Independência política dos trabalhadores como classe porque patrões e governos exercem em conjunto a exploração capitalista todos os dias sobre a classe trabalhadora através da exploração direta nos locais de trabalho e através de seu Estado. Entendemos que a atuação sindical se constrói coletivamente com propostas de resistência, luta e de políticas educacionais com independência frente a qualquer governo, por mais progressistas que eles possam parecer. Pois existe um limite para mudanças reais dentro do Estado capitalista, e as políticas públicas devem ser um meio para contestar esta ordem que nos é imposta, de conquistar avanços parciais, de acumular forças para um processo maior e mais profundo de mudanças, mas não podem ser consideradas um fim em si mesmo. Senão estaremos limitando a nossa organização e luta dentro dos limites dessa sociedade injusta e desigual.

^{2.} Informações de acordo com a página oficial da entidade. Acesso em outubro/2018

^{3.} Conforme demonstração do resultado econômico de 2016, a CNTE teve um total de receitas de R\$14.032.360,50

22. A atuação da CNTE trata essa disputa de políticas públicas como um fim em si mesmo. Como se por essas ações fosse possível conquistarmos nossas pautas históricas da educação. Exemplo disso é a grande campanha da entidade em defesa do Plano Nacional da Educação (PNE), em que a aprovação pelo governo Dilma da Lei 13005/2014 foi apresentada como grande vitória, após 13 anos de governo PT. Uma lei que prevê uma série de metas, mas não prevê nenhuma obrigatoriedade de cumpri-las e muito menos punição se não forem efetivadas. Uma lei que em seu conteúdo possibilita que a verba pública vá para a educação privada.

23. Na atuação da CNTE vemos poucas críticas às políticas de meritocracia impostas por diferentes governos e intensificada através dos programas educacionais. Como exemplo, o Todos Pela Educação, que propõe o IDEB e demais avaliações em larga escala. É proposta do ex-deputado Carlos Abcalil (PT) a avaliação dos professores do ensino fundamental, projeto tomado pela extrema direita no Congresso Nacional e que deve ser implementado em breve, trazendo consigo toda a lógica de disputa e ranqueamento dos professores. Vale ressaltar que Abcalil foi presidente da CNTE por três gestões.

24. A CNTE tem sido na prática a correia de transmissão das políticas do governo do PT e consequentemente dos organismos internacionais para os países periféricos. Foram capazes de comemorar como grande conquista a destinação de 10% do PIB para a educação só para 2020. Além disso, na Plenária Intercongressual de 2015, registraram o recuo

da pauta dos 50% de hora-atividade e propuseram meritocracia nos planos de carreira Brasil afora. A disputa da Lei do Piso aprovada em 2011 é tratada pela entidade muito mais como disputa institucional junto ao MEC para atualização dos índices do piso do que, na prática, na organização da resistência nos diferentes sindicatos por melhores salários e hora-atividade.

AUTONOMIA FRENTE AOS PARTIDOS

25. A direção do SISMMAC entende a necessidade e importância da organização dos trabalhadores e o direito democrático de construção das organizações partidárias, porém tem como princípio autonomia frente aos partidos no sindicato. Essa autonomia se efetiva na prática por não termos rabo preso e muito menos sermos subordinados à política de um partido ou de seus parlamentares. Em sete anos de participação nos espaços da Confederação, comprovamos a falta de autonomia da entidade. Vamos aos fatos.

26. No 31° Congresso da CNTE, em 2014, nos deparamos com uma grande e luxuosa estrutura, para pouca luta. A principal política aprovada no encontro foi a campanha para a eleição de Dilma Roussef. Para participar desse encontro, o SISMMAC – além de pagar todos os meses os 3,8% da arrecadação (R\$10.742,00) para a entidade – teve que desembolsar R\$21.173,08 para pagar as passagens, hospedagens e também parte da estrutura cara do evento. Esses congressos não são a realidade de vida da maioria de nossa classe e deveriam ser a expressão de nossas lutas, já que para organizar nossa mobilização não precisamos de grandes painéis e salas VIP. Precisamos ape-

nas de uma estrutura que dê conta com o mínimo de conforto para o debate.

27. No 32° Congresso, em 2017, as organizações políticas presentes no Congresso tiveram apenas dez minutos para sua análise de conjuntura. Por outro lado, a mesa de abertura foi feita pelo ex-presidente Lula que se inscreveu para defender que a principal luta da entidade deveria ser contra o golpe dado ao PT, ignorando que o próprio partido também golpeou os trabalhadores quando estava no governo e se aliou por mais de uma década aos 'golpistas' - e nessas eleições de 2018 sequiram se aliando em várias regiões - colocando indiretamente Temer na presidência. Neste mesmo evento, após aprovar todas as mudanças do estatuto, foram destinados os últimos trinta minutos do evento para preparar a greve do dia 15 de março de 2017, que foi muito importante para construir o enfrentamento à Reforma da Previdência. Imagine se tivéssemos destinado mais tempo e energia para o debate sobre as lutas necessárias?

28. As reuniões do Conselho Nacional de Entidades foram, em resumo, pautadas pelas políticas do governo federal petista, enquanto estavam no governo, até 2016. Após esse perío-

do, a pauta passou a ser a defesa sobre o golpe, como se muito do que estava sendo executado por Temer não tivesse sido gestado pelo governo de conciliação do PT. De nada adianta as defesas mirabolantes de melhorias na educação se o viés privado pode tomar conta da nossa educação. Qualquer questionamento da política petista de conciliação neste espaço foi muito difícil, exigiu um dispêndio de energia grande e saber lidar com a hostilização por parte da militância messiânica.

29. No último CNE em que estivemos, em Salvador/BA, o evento culminou em um ato do Fórum Social Mundial, no qual muitos representantes sindicais comemoravam as suas candidaturas a deputado e a governador, e colocavam como saída para a conjuntura a eleição de um representante no poder do Estado em detrimento da mobilização dos trabalhadores.

30. Mais um exemplo do aparelhamento é a composição da diretoria da entidade, na qual os principais cargos se mantêm nas mãos do Partido dos Trabalhadores, da sua corrente majoritária e em grande parte das mesmas pessoas. Essa falta de rotatividade demonstra o distanciamento da base e a política de perpetuação das mesmas pessoas nos cargos da entidade.

Diretoria	Número de cargos	Número de pessoas que se mantiveram na direção da CNTE	Principais cargos (presidência, vice-presidência, secretário de finanças e secretário geral)
2011/2014	21 secretarias + 8 suplentes		3 dos 4 cargos são da corrente majoritária do PT.
2011/2014 para 2014/2017	31 secretarias +11 suplentes	18 pessoas se mantiveram e se criaram 13 novos cargos.	3 dos 4 cargos são da corrente majoritária do PT.
2014/2017 para 2017/2021	31 Secretarias + diretoria adjunta com 11 pessoas.	18 se mantiveram em geral nos cargos principais.	3 dos 4 cargos são da corrente majoritária do PT.

Fonte: Materiais impressos da CNTE que indicam os nomes dos diretores da entidade.

31. No 30° Congresso da CNTE, em 2008, foi aprovada uma medida que exige que a oposição tenha pelo menos 20% dos votos dos delegados para conseguir uma vaga na direção da entidade. Esse percentual anteriormente era de 10%, o que fez com que nos próximos dois Congressos as forças de oposição ao campo da CUT na CNTE nunca mais conseguissem ter sequer um nome na diretoria da instituição.

ORGANIZAÇÃO PELA BASE

32. Para uma entidade nacional, sabemos que não é simples sua contribuição para a mobilização das bases. Porém, entendemos que a política gestada por uma entidade desse porte, que reúne os trabalhadores de todo o país,

pode e deve ser direcionada para a base e para sua organização autônoma. Independentemente de estarem os diretores da CNTE presentes nas atividades, devem ser encaminhadas ações e espaços coletivos para debater o cotidiano dos locais de trabalho, como a saúde do trabalhador. Fazer isso é muito mais do que imprimir uma cartilha ou revista, é realmente se desvencilhar da lógica da representação e conclamar os trabalhadores da educação a pensar e se envolver nas lutas diretas da sua categoria. Síntese desse descolamento da base fica claro quando olhamos para o demonstrativo financeiro da entidade:

33. Nos últimos quatro anos, a CNTE declara em seu Demonstrativo de Resultado Eco-

Ano	Gastos Com Diretoria e Conselho Fiscal	Gastos com Mobilizações e Atos
2014	R\$1.989.220,02	R\$1.430,60
2015	R\$2.586.926,94	R\$180.854,60
2016	R\$806.555,13	R\$317.492,15
2017	R\$874.032,20	* valor não declarado nesse item
Total	R\$6.256.734,29	R\$499.777,35

Fonte: Demonstrativo de Resultados da CNTE de 2014 à 2017.

nômico (DRE) ter gasto 12 vezes mais com despesas com a diretoria e conselho fiscal do que com atos e mobilizações. Isso em um momento em que tivemos intensos ataques a nossa classe como a Reforma Trabalhista, PEC do Teto e outros, o que nos mostra a clara burocratização da entidade.

TUDO NOVO DE NOVO

34. Diante desse cenário acreditamos que é

incoerente com nossos princípios continuar contribuindo e participando dessa entidade que não dá espaço para o diálogo para quem não segue a cartilha do PT e que está cada vez mais afastada do chão de nossas escolas. Entendemos que o caminho é continuar mobilizando os locais de trabalho pela base e fomentar a discussão nacional em espaços independentes, construídos entre os diferentes sindicatos da educação que se proponham a

seguir esse mesmo caminho. Propomos assim a desfiliação do SISMMAC da CNTE.

"Vamos começar
Colocando um ponto final
Pelo menos já é um sinal
De que tudo na vida tem fim
Vamos acordar
Hoje tem um sol diferente no céu
Gargalhando no seu carrossel
Gritando nada é tão triste assim
É tudo novo de novo
Vamos nos jogar onde já caímos
Tudo novo de novo

Vamos mergulhar do alto onde subimos
Vamos celebrar
Nossa própria maneira de ser
Essa luz que acabou de nascer
Quando aquela de trás apagou
E vamos terminar
Inventando uma nova canção
Nem que seja uma outra versão
Pra tentar entender que acabou
Mas é tudo novo de novo
Vamos nos jogar onde já caímos
Tudo novo de novo
Vamos mergulhar do alto onde subimos"

Paulinho Moska

SISMMAC E A INTERSINDICAL: UMA RELAÇÃO CONSTRUÍDA PELA EFETIVAÇÃO DE PRINCÍPIOS

35. Em 2006, dezenas de sindicatos, oposições sindicais e coletivos rompem com a Central Única dos Trabalhadores e decidem construir um novo Instrumento que retome o processo de organização e luta abandonado pela CUT. Assim nasce a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, tendo como princípios fundamentais: a independência em relação ao Capital e seu Estado, autonomia em relação aos partidos políticos, e tendo a organização pela base como um instrumento fundamental para a luta de classes. Entre as principais

ações estão a solidariedade ativa e internacional da classe trabalhadora, a formação política como ferramenta potencializadora da luta e a construção – no futuro, com os trabalhadores e não em seu nome – de uma nova central sindical classista e combativa.

36. A Intersindical não é uma central, portanto não recebe imposto sindical e não depende de governo. É uma organização sindical que se propõe a aprender com os erros do passado, a avançar em sua organização sem autoproclamações para contribuir decisivamente na reconstrução do movimento

pela base e de enfrentamento direto com o Capital e seu Estado. Está presente em diferentes regiões e em diferentes ramos: têxteis, metalúrgicos, sapateiros, químicos, professores, trabalhadores da saúde, da previdência dentre outros.

37. A gestão *Fortes com a Base – Só a Luta* muda a vida foi eleita com mais de 55% dos votos em 2017 como chapa da Intersindical. No XI Congresso do SISMMAC, em 2015, propusemos aprofundar essa relação e nesses últimos três anos estamos fazendo isso na prática, trazendo para a categoria os debates, materiais de luta e a construção de um novo movimento sindical. Muito antes de sermos gestão no SISMMAC, os camaradas da Intersindical que romperam com a burocracia da CUT em 2006 construíam um novo caminho, para errar novos erros e não repetir os velhos. Esse movimento foi decisivo inclusive para retomar o Sindicato para as lutas em 2011 e continua sendo hoje para enfrentar o Capital e seu Estado e buscar junto de nossa classe uma sociedade mais justa! Desde o início da mudança em nosso Sindicato, nosso grupo tem militantes da Intersindical que contribuem diariamente para as mudanças que construímos na atuação sindical do SISMMAC.

38. Para além disso, a militância da Intersindical vem se fortalecendo cada dia mais, dirigindo movimentos, ocupações e greves em sindicatos e oposições sindicais. Está em luta contra o Capital e seu Estado em Franca, no principal polo calçadista do país. O Sindicato dos Sapateiros de Franca foi retomado para os trabalhadores em 2016. Antes disso, era comandado pela Força Sindical que se

aliava aos empresários para vender direitos dos trabalhadores e que tentou fraudar a eleição em 2015 para se manter no poder. Logo no primeiro ano de gestão, em Franca, uma forte mobilização da base para a campanha salarial garantiu para os sapateiros um aumento salarial acima da inflação. Em Blumenau, o Sindicato dos têxteis garantiu o fim do trabalho aos sábados em várias fábricas após muita mobilização. Em Cubatão/ SP e Ipatinga/MG, a Intersindical enfrenta a Usiminas junto com os sindicatos contra o arrocho salarial, as demissões e luta por melhores condições de vida e trabalho. No Sindicato dos Servidores de Araucária (Sifar), os militantes da Intersindical atuaram fortemente na mobilização da greve das educadoras que garantiu o compromisso de hora -atividade e na mobilização vitoriosa contra o fechamento da UPA. Em 2016, em Campinas, o Sindicato dos Metalúrgicos, que constrói a Intersindical, mobilizou e sustentou a ocupação da Mabe, empresa responsável por fabricar os fogões Dako, e garantiu que a empresa pagasse todos os direitos dos trabalhadores antes de seu fechamento. Na greve do pacotaço, em 2017, os militantes da Intersindical do Paraná estiveram firmes e fortes nos enfrentamentos ao governo Greca, nos momentos de ocupação da Câmara Municipal, no enfrentamento na Ópera de Arame e em diferentes atos e mobilizações. É por esses e muitos outros exemplos que acreditamos que é a hora de qualificar e

E por esses e muitos outros exemplos que acreditamos que é a hora de qualificar e aprofundar ainda mais essa relação com o movimento sindical geral e com a Intersindical. Isso tem ficado mais claro com a

conjuntura municipal atual, na qual para enfrentar Greca, por exemplo, não basta só o magistério, é preciso construir com os outros 20 mil servidores da base do Sismuc. Isso fez com que apoiássemos a Chapa 2 - Sindicato é pra Lutar que recentemente se elegeu com 55,23% dos votos como uma alternativa de mudança e retomada do Sindicato para os trabalhadores.

UNIÃO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO DE CURITIBA

39. Essa análise nos faz refletir também sobre

a necessidade de abrir o debate sobre a unidade sindical na base dos municipais de Curitiba. Pelo Brasil afora, os servidores municipais enfrentaram "pacotaços" de diferentes governos. Em Porto Alegre e Florianópolis, onde o sindicato é unificado, a possibilidade de resistência foi maior, pois mobilizou massivamente o conjunto dos servidores. No último Congresso, propusemos o debate sobre um sindicato único de trabalhadores da educação. Hoje, avaliamos que é importante ir além, gerando através da união na prática a possível unificação institucional de todos os servidores.

PROPOSTAS

- Desfiliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e em contraposição apoiar diretamente sindicatos e oposições da educação e do serviço público que atendam os nossos princípios de: independência de patrões e governos, autonomia frente aos partidos e organização pela base.
- Construção política da Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e participação em suas instâncias nacionais: coordenação, encontros e plenárias.
- Realizar o debate com a nossa categoria sobre a necessidade de unificação dos sindicatos do serviço público municipal.

Programa de EXO Trabalho do Sindicato

40. O XII Congresso do SISMMAC acontece no mesmo ano em que o Sindicato completa 30 anos. Sua fundação, no final dos anos 80, ocorreu no bojo das grandes lutas que marcaram o período de redemocratização no Brasil. A Constituição Federal de 1988 permitiu a criação de sindicatos no serviço público. Aqui em Curitiba, foram fundados dois sindicatos separadamente: o SISMMAC, que engloba as professoras e professores, e o SISMUC, que passava a representar todos os demais servidores. Nas décadas seguintes, foram fundados outros sindicatos de segmentos específicos, antes representados pelo SISMUC, como a guarda municipal e os auditores fiscais. Nessas três décadas, foram muitas lutas e conquistas dos servidores municipais e, no que diz respeito ao magistério, conquistamos avanços importantes na carreira, na hora-atividade e condições de trabalho, mas também houveram períodos de retrocesso em nossos direitos conquistados através de muita luta.

41. Infelizmente, o período que estamos vi-

vendo é de grandes ataques aos direitos da classe trabalhadora e o desmonte do serviço público avançam cada dia mais. Após 30 anos de existência do sindicato, hoje vivemos a ameaça de liberdades democráticas no país, com a ascensão do apelo popular por um candidato à presidência que faz menção ao uso de armas e declarou defender a tortura e a ditadura. Nesse sentido, o programa de trabalho do Sindicato deve estar voltado para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora e fundamentado no direito de organização política e respeito à liberdade de expressão e manifestações desse caráter. O programa de trabalho do SISMMAC deve buscar fortalecer o trabalho conjunto entre os sindicatos. Diante da gestão Greca, percebemos na prática que é preciso mobilizar para além do magistério municipal e envolver todos os demais servidores na resistência. Portanto, nesse programa de trabalho abordaremos também a possibilidade de iniciar o debate sobre a unificação dos sindicatos municipais da cidade.

1. ORGANIZAÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO

42. A organização por local de trabalho (OLT) e o trabalho de base estão entre os prin-



cípios que orientam as ações do SISMMAC. É nos locais de trabalho que sentimos na pele o descaso da administração pública com a educação. São salas lotadas, falta de verbas, falta de profissionais do magistério, inspetores e demais trabalhadores, o que vem desmotivando e gerando um quadro cada vez maior de adoecimento. Mas é ali, nos locais de trabalho, que devemos nos organizar para os necessários enfrentamentos. As lutas gerais como greves e atos acontecem em momentos de maior mobilização como o da campanha salarial pela data-base. Mas é na escola que nos deparamos com problemas específicos que prejudicam todos os trabalhadores e a comunidade.

43. A organização por local de trabalho é um instrumento que nos permite dialogar com a comunidade mostrando a falta de investimento e estrutura para atender a população. É o antídoto para combater o assédio moral, as perseguições existentes e também as propagandas enganosas promovidas pela mantenedora. Mobilizar o local de trabalho e criar um diálogo aberto com a comunidade são forma de nos unirmos com toda a classe trabalhadora e assim mostrar que juntos somos mais fortes. É limitado enfrentar a precarização do trabalho somente com mobilizações gerais, é muito mais efetivo construir a união interna nas unidades, agregando servidoras e servidores que sofrem juntos os mesmos problemas para organizar o enfrentamento à administração.

44. Nestes últimos anos, o SISMMAC tem se colocado à disposição para fomentar essas ações. Podemos citar alguns exemplos de

ações organizadas por professoras e professores em seus locais de trabalho, e apoiadas pelo Sindicato:

- A reforma completa da Escola Municipal
 CEI Érico Veríssimo (BQ) após três anos de mobilizações, passeatas e greves;
- A Escola Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza (BN) que conquistou a contratação de 11 profissionais que estavam faltando na unidade, através do envolvimento da comunidade por meio de assembleias, abaixo -assinados e protestos em frente à escola;
- A Escola Municipal CEI Augusto César Sandino (BV) enfrentou a perseguição da Prefeitura por meio de assembleia de pais, mobilização com abaixo-assinado e panfletos distribuídos pelos próprios pais.
 Com isso, conseguiram combater e impedir o assédio da chefia de núcleo;
- O CAIC Cândido Portinari (CIC) realizou assembleia de pais, um ato público com a comunidade e conseguiu resolver a falta de quatro professores que a administração há meses negligenciava;
- A Escola Municipal CEI Maestro Bento Mossurunga (BQ) mobilizou os pais e a comunidade em denúncias sobre a estrutura precária da escola e conquistou a reforma do telhado da unidade;
- A Escola Municipal CEI Prof.^a Tereza Matsumoto (BQ) organizou por meio do Conselho de Escola a resistência contra a retirada dos professores de educação física da educação integral;
- O CAIC Bairro Novo (BN) mobilizou a escola em torno das demandas por segurança e melhorias na estrutura da unida-

de, realizaram abaixo-assinado e mostraram para a comunidade a real situação em que se encontram as escolas de 6° ao 9° ano do município;

- A Escola Municipal Maria Neide Gabardo Betiatto (BN) mobilizou a comunidade pela segurança e conseguiu garantir a presença da guarda municipal na unidade;
- A Escola Municipal Dona Pompília (TQ) tem feito constante mobilização com a co-

munidade para denunciar o vandalismo na unidade e conseguiu que a Prefeitura garantisse reparos mínimos para a escola funcionar. Seguem aguardando e pressionando pela reforma completa da unidade.

45. São essas ações que garantem melhorias nas condições de trabalho e possibilitam maior cumplicidade e fortalecimento dos trabalhadores.

PROPOSTAS

- Realizar formação sobre a importância da mobilização por local de trabalho, incluindo os mecanismos existentes de gestão democrática como instrumentos a serem usados na resistência.
- Continuar fomentando e apoiando a organização direta dos trabalhadores em seu local de trabalho, organizando espaços de troca de experiências no Conselho de Representantes.

2. TRABALHO DE BASE

46. Nesses últimos sete anos, a direção do SISMMAC buscou retomar o trabalho de base no magistério municipal. Hoje temos em nossa cidade dez regionais da educação, 185 escolas e mais de 200 CMEIs. Em média, a direção do SISMMAC tem conseguido visitar a maioria das unidades a

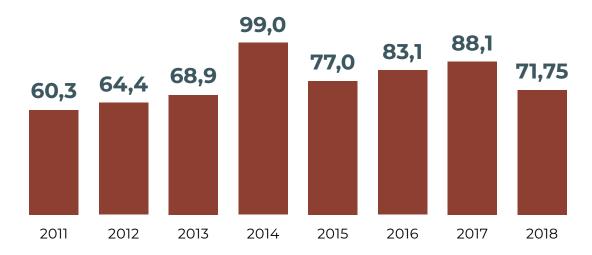
cada dois meses. Consideramos muito importante essas visitas feitas pelos dirigentes sindicais, mas é fundamental o papel do representante para ajudar nessa tarefa de levar informações e criar um elo entre Sindicato e categoria. Nos últimos anos, tivemos uma boa participação destes nos



Conselho de Representantes, atos, panfle- entre outros.

espaços promovidos pelo Sindicato, como tagens, espaços de formação, assembleias,

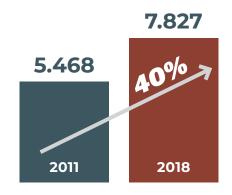
MÉDIA DE ESCOLAS REPRESENTADAS NAS REUNIÕES DO CONSELHO DE REPRESENTANTES



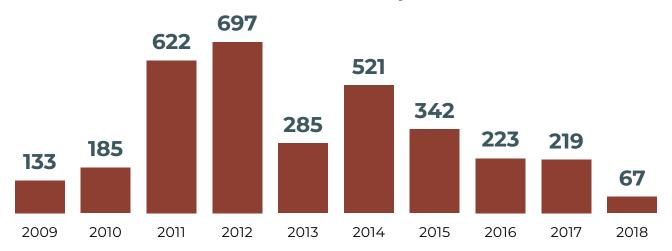
47. Esses dados nos mostram o crescimento de participação da categoria, porém também indicam a necessidade de buscarmos cada vez mais envolver a totalidade das unidades. Com este trabalho de base, temos aumentado o número de filiações mesmo em momento de crise. Atualmen-

te, o SISMMAC possui 7.827 professoras e professores filiados. No ano de 2017, após a intensa luta contra o pacotaço de Greca, realizamos uma campanha de filiação que conquistou 122 novas filiações em três meses. Confira o aumento das filiações nos últimos sete anos:

NÚMERO DE SINDICALIZADOS CRESCEU MAIS DE 40% DESDE 2011



CRESCIMENTO DAS SINDICALIZAÇÕES A CADA ANO



A CATEGORIA MAIS PERTO DO SINDICATO

48. Também relacionado ao trabalho de base estão os materiais de comunicação que o SISMMAC produz. Nesse ano de 2018, fizemos uma avaliação de que o jornal impresso com 12 páginas estava sendo desperdiçado e que muitas matérias produzidas poderiam ser otimizadas se disponibilizadas em materiais online. Essa também foi a avaliação feita a respeito da revista Chão da Escola, que em sua edição de 2018 passou a ser publicada online, com impressão de apenas duas cópias por unidade. Diante dessa percepção, apostamos em um jornal mais curto, de quatro páginas, com textos voltados para a análise e reflexão sobre a realidade de Curitiba, sobre questões pedagógicas que afetam o chão da escola e sobre temas políticos e sociais. Para o debate da conjuntura, criamos um Jornal Mural que já está na sua 7ª edição. A partir dele, conseguimos expor questões importantes relacionadas à política do país e à realidade

da sociedade em que vivemos.

49. A mudança nos materiais impressos entregues no Conselho de Representantes acompanhou um processo de avanço na estruturação de uma política de comunicação ágil e dinâmica voltada para a internet e as redes sociais. Em 2015, reformulamos o site para facilitar a navegação pelo celular, meio que já corresponde a mais de 80% dos acessos ao site. Em 2016, inovamos com a criação de uma lista de transmissão para o envio de notícias pelo WhatsApp, que nos permitiu criar um canal ágil de comunicação com a categoria. Também aumentamos a produção de campanhas e vídeos voltados para redes sociais e para a nossa página no Facebook, que hoje conta com 10,6 mil seguidores. Além do alcance junto à categoria, essa produção tem obtido destaque nacionalmente, como ocorreu em 2016 com o vídeo sobre a Reforma da Previdência: o vídeo viralizou e chegou até a reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado.



PROPOSTAS

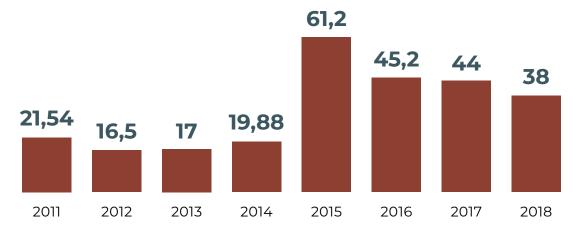
- Fortalecer a atuação das e dos representantes através de formações e trocas de experiências.
- Manter campanha constante para eleição de representantes em todas as unidades escolares.
- Promover maior envolvimento da comunidade em nossas lutas.
- Manter as visitas da direção periodicamente nos locais de trabalho.

3. COLETIVO DE APOSENTADOS

50. O Coletivo de Aposentados do SIS-MMAC é um espaço de convivência, lutas, negociação e conquistas. Criado em 2002 por um grupo de professoras e professores aposentados, visa atender a demanda dos professores que, após a aposentadoria, têm maior expectativa de vida. Compõem esse coletivo todos os profissionais do magistério sindicali-

zados. Em 2018, o Coletivo de Aposentados do SISMMAC completou 16 anos. No decorrer do tempo, o Coletivo foi se estruturando e abrangendo mais e mais professoras e professores aposentados para participar desse tão importante espaço. Atualmente contamos com um grupo bem maior, o que se pode comprovar por meio dos dados da planilha a seguir:

MÉDIA DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES MENSAIS DO COLETIVO DE APOSENTADOS



51. As reuniões ocorrem regularmente uma vez por mês, sempre na última quintafeira do mês. As atividades dos encontros são bem diversificadas, contemplando as áreas:

política, educacional e social. Em todos esses anos de existência, o Coletivo manteve-se fiel ao lema: **APOSENTADOS SIM, INATIVOS NUNCA, EDUCADORES SEMPRE!**

PROPOSTAS

- Manter a realização anual do Seminário dos Aposentados e Pré-Aposentados do SISMMAC.
- Manter as reuniões mensais do Coletivo de Aposentados na última quinta-feira do mês. A programação das atividades dos encontros deve ser planejada anualmente e aprovada no primeiro encontro do ano.
- Garantir ampla divulgação do coletivo nos canais de comunicação do SISMMAC.
- Manter o envio de informações do SISMMAC pelos Correios.
- Incluir no Estatuto a realização mensal do Coletivo de Aposentados do SISMMAC, quando este for reformulado.
- Manter campanha de sindicalização após a aposentadoria e campanha para que os aposentados permaneçam sindicalizados.

4. FORMAÇÃO

52. São nos espaços de formação política e sindical que podemos nos apropriar de instrumentos teóricos para entender e transformar a realidade. Através destes estudos, podemos conhecer a história de lutas da nossa categoria e do conjunto da classe trabalhado-

ra, saber como ela vem se organizando e se mobilizando por seus direitos. Os espaços de formação organizados pelo Sindicato devem ser atividades permanentes que envolvam desde o debate de temas específicos relacionados à carreira, à docência e à educação de



forma geral, como também temas amplos que englobam as relações sociais típicas do modo de produção capitalistas, relações estas que nos atingem enquanto classe trabalhadora. Assim, devem estar fundamentados em teorias comprometidas com essas lutas e acompanhando o movimento em que a conjuntura se encontra.

CONSTRUIR A SEMANA PEDAGÓGICA DO SISMMAC

53. Nesse ano de 2018, construímos a Semana Pedagógica do SISMMAC, junto com professores da base que se propuseram a ministrar as oficinas e fomentar os debates. Entendemos que essa prática deve ser cada vez mais incentivada, com o objetivo de garantir um espaço de formação e reflexão aos professores participantes e um vínculo maior com o Sindicato. E assim criar condições para que os envolvidos cada vez mais se organizem em torno de concepções críticas de educação, sociedade e escola, partindo do princípio que esta prática pedagógica seja emancipadora e leve em conta a realidade social em que a escola está inserida, as condições de trabalho e a valorização dos professores. É preciso buscar também relacionar as boas práticas pedagógicas com a luta por fortalecer a escola pública, a liberdade de expressão e necessidade de lutar por melhorias na educação, definindo assim melhor o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem de nossa classe. O Sindicato deve organizar essa atividade com frequência como forma de problematizar essa realidade e indicar um caminho para a resistência, que deve ser política, mas também pedagógica em cada local de trabalho.

CURSOS DE EXTENSÃO

54. Propomos buscar parcerias com universidades públicas para promover cursos de extensão que possam garantir formação crítica sobre as políticas educacionais impostas pelo Estado, o debate sobre as diferentes áreas do currículo e saberes pedagógicos e envolver também o debate de pautas mais gerais da conjuntura. Um exemplo desse tipo de iniciativa foi o curso de pedagogas que ocorreu em 2016 e obteve sucesso em seus objetivos de aproximar a categoria do Sindicato, estudar temas que realmente interessem e fazem a diferença no dia a dia. A partir disso, pensar na possibilidade de construção de materiais e de trocas de experiências.

A QUESTÃO DE GÊNERO, LGBT E RACIAL NA LUTA DE CLASSES

55. Estamos vivendo um momento em que é urgente falarmos sobre as questões de gênero, preconceito, realidade da mulher, sobre a questão LGBT e também a questão racial. Para que o debate ultrapasse as datas de luta e os textos e materiais informativos, propomos a formação de um grupo de estudos e debate para falarmos sobre isso, que se encontre no mínimo mensalmente. A proposta é buscar relacionar essas opressões sentidas cotidianamente com a questão da exploração de uma classe pela outra, que é a contradição que mantém a sociedade capitalista.

PROPOSTAS

- Fazer anualmente a SEP do SISMMAC.
- Criar grupo de debate e estudo sobre opressões.
- Fomentar cursos de extensão em parceria com universidades públicas.
- Continuar as formações políticas no Conselho de Representantes.
- Continuar promovendo seminários e debates a respeito de questões político-pedagógicas.

5. ESTATUTO

56. O estatuto do SISMMAC é o mesmo desde a sua fundação em 1988. A falta de atualização deste instrumento da parte das últimas três gestões do Sindicato se deu pela priorização das mobilizações. Tivemos grandes assembleias que tinham como objetivo a mobilização da base para grandes ações, como atos ou greves. Podemos dizer que a presença de um quórum de 5% dos filiados para conseguir realizar as alterações tem sido um grande entrave para executar essa

importante tarefa. Por isso sugerimos um caminho de organização junto à categoria para realizar a necessária revisão do estatuto: organizarmos a partir do XII Congresso uma agenda fixa de reuniões para avaliar os pontos de mudança, finalizando com uma grande assembleia específica mobilizada com determinada antecedência para que consigamos atingir a porcentagem de 5% dos filiados, o que significa hoje perto de 400 professoras e professores filiados.

PROPOSTAS

• Calendário para debater as alterações do estatuto do SISMMAC: debates nos Conselhos de Representantes e encontros regionais em maio, junho e julho de 2019. Realizar assembleia para mudança do estatuto em agosto de 2019.



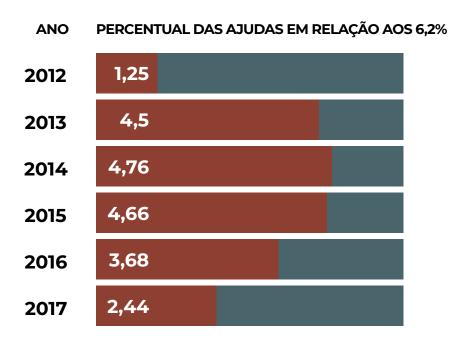
6. POLÍTICA FINANCEIRA

57. Sabemos que uma boa política financeira no Sindicato contribui para a ampliação da nossa capacidade de organização e luta. Para isso, a atual direção do SISMMAC preza pela responsabilidade e transparência nas contas. Conseguimos recentemente aprovar a compra da sede própria, uma conquista que foi possível graças a uma resolução do X Congresso, realizado em 2012, que debateu a necessidade de destinar um percentual da contribuição dos sindicalizados para um fundo específico para esse fim. No final deste mesmo ano, foi aprovado reservar 8% da arrecadação para a aquisição de sede

própria. O X Congresso também foi marcado pela criação de um Fundo de Greve. Hoje reservamos 9,09% do orçamento para o Fundo de Greve, que possui R\$1.325.072,84. Essa reserva foi fundamental na greve do pacotaço, momento em que foi necessário utilizarmos R\$521.740,00 para complementar a estrutura dos 14 dias de greve.

58. Hoje, o Sindicato realiza ajudas financeiras para diferentes movimentos e instituições que fazem a luta de forma independente, autônoma e pela base. Destinamos os 6,2% que eram enviados anteriormente para a CUT para este fim.

PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO DO SISMMAC USADO PARA APOIAR A REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA A CADA ANO



59. No mês de setembro de 2018, aprovamos a possibilidade de pagamento de verba indenizatória para a diretoria que trabalha 40h na direção liberada, mas tem somente um padrão na Prefeitura de Curitiba. Essa possibilidade vai garantir a dedicação efetiva dos dirigentes sindicais nos trabalhos junto à categoria, uma vez que muitos professores da rede fazem Regime Integral

de Trabalho (RIT) e ao vir trabalhar na liberação sindical perdem a oportunidade de realizar tal contrato, reduzindo, assim, seus proventos.

60. Uma política financeira transparente e responsável vem garantindo uma estrutura cada vez melhor para as nossas lutas e possibilitando ainda contribuir com outras categorias de trabalhadores em resistência.

PROPOSTAS

- Manter constantemente a campanha de filiação, visando ultrapassar 8 mil filiados no SISMMAC.
- Continuar contribuindo, política e financeiramente, com a reorganização dos trabalhadores, ampliando de 6,2% para 8% do orçamento a verba destinada para este fim. Manter os critérios definidos no X Congresso do SISMMAC para que essas contribuições ajudem aqueles que estejam ou queiram se organizar sindicalmente, em movimentos sociais de trabalhadores ou até em movimento de trabalhadores em formação (estudantes) desde que se pautem, em sua organização, pelos seguintes princípios: Trabalho de Base, Organização por Local de Trabalho, Formação Política, Autonomia e Independência frente aos partidos, governos e patrões. Manter também a regra de que a verba desta cota não utilizada para este fim seja obrigatoriamente destinada ao nosso Fundo de Greve.
- Manter o fundo de manutenção e ampliação da sede e bens imóveis/ estrutura, com o percentual de 8% para este fim.
- Aumentar o depósito mensal em nosso Fundo de Greve para 10% do orçamento.
- Manter a prestação de contas mensal online, disponível no site do SISMMAC.



Contribuição ao debate do 12° congresso do SISMMAC

Análise de Conjuntura

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

DEZ ANOS DEPOIS DA CRISE

01. Passaram-se dez anos desde o colapso financeiro de 2008. Um daqueles momentos decisivos na história mundial que marcam uma mudança fundamental na situação, como em 1914, 1917, 1929 e 1939-45. Portanto, é o momento apropriado para se fazer um balanço da última década.

02. Essa crise foi qualitativamente diferente de qualquer outra no passado. Não foi uma crise cíclica normal, mas um reflexo da crise orgânica do capitalismo. Uma década após o colapso de 2008, a burguesia ainda está tratando de sair, a duras penas, da crise que destruiu o equilíbrio do sistema capitalista. No grau muito limitado em que se pode falar de recuperação, esta é muito parcial. Na verdade, trata-se da recuperação econômica mais débil da história. Até mesmo na década de 1930 houve uma recuperação maior. E certas coisas decorrem disso.

03. Todas as tentativas da burguesia para restabelecer o equilíbrio econômico destruiriam o equilíbrio político e social. Isso foi confirmado agora pelos acontecimentos em escala mundial. De um país a outro, as tentativas dos governos de impor a austerida-

de em um esforço desesperado para fazer a economia avançar (o que não conseguiram) prepararam explosões sociais de um caráter absolutamente sem precedentes.

04. Lenin disse que a política é economia concentrada. O marxismo explica que o segredo da viabilidade de qualquer sistema econômico é o alcance da máxima economia do tempo de trabalho. Um dos elementos mais importantes no desenvolvimento do capitalismo foi precisamente o crescimento da produtividade do trabalho. Durante 200 anos, o capitalismo elevou a produtividade da força de trabalho a um nível jamais sonhado no passado. Mas esse progresso alcança seus limites.

05. Um estudo sobre a produtividade realizado pelo Centro de Investigação Econômica e Política em setembro de 2015 revelou que, entre 2007 e 2012, a produtividade mundial cresceu a uma taxa anual de 0,5%, metade do que no período de 1996 a 2006. No entanto, no período mais recente de 2012 a 2014, ela chegou à estagnação absoluta de 0%. Na verdade, em países como Brasil e México ela foi negativa. Como disse o informe: "este é um dos fenômenos mais inquietantes e, sem dúvida, mais importantes que afetam a economia mundial" (http://

voxeu.org/article/global-productivity-slump).

06. Essas cifras são uma indicação segura de que o capitalismo se encontra agora em uma crise sistêmica. O crescimento lento da produtividade do trabalho – e em alguns casos sua queda – é um sintoma gritante do beco sem saída do capitalismo.

07. A fonte do problema enraíza-se nos níveis historicamente baixos de investimento: a formação de capital bruto na União Europeia e nos Estados Unidos caiu abaixo dos 20% do PIB pela primeira vez desde a década de 1960, enquanto que o consumo e a depreciação do capital estão aumentando. No antigo mundo colonial, o auge dos preços das matérias-primas provocou um breve aumento do investimento, mas ele voltou a cair nos últimos anos.

08. Essa falta de investimento na produção não é resultado da falta de dinheiro. Pelo contrário, as gigantescas corporações estão nadando em dinheiro. Adam Davidson, escrevendo no The New York Times em janeiro de 2016, afirmou que "as empresas americanas têm atualmente R\$1,9 trilhão em caixa que estão simplesmente inertes". Esse "estado de coisas não tem paralelo na história econômica...". O autor do artigo considera isso um "mistério", mas o que se revela é que os capitalistas não têm campos de investimento rentáveis na situação atual da economia mundial. ("Por que as empresas estão acumulando trilhões?", New York Times, 20 de janeiro de 2016. Disponível em: http://www.nytimes. com/2016/01/24/magazine/why-are-corporations-hoarding-trillions.html?mcubz=0).

09. Dados mais recentes do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos apontam

a quantidade de ativos líquidos das "empresas não financeiras", incluindo moeda forte, depósitos externos, mercado monetário e ações de fundos mútuos, em "um recorde de US\$ 2,4 trilhões no terceiro trimestre" de 2017 (http://www.bloomberg.com/news/articles/-2017-12-07/corporate-america-is-flush-with-record-2-4-trillion-in-cash)

10. O sistema está literalmente se afogando em excesso de riqueza. É como o aprendiz de feiticeiro que conjura forças que não pode controlar. As forças produtivas têm o potencial de produzir uma massa de mercadorias que não podem ser absorvidas pelos mercados.

11. Essa incapacidade de fazer uso produtivo da quantidade colossal de mais-valia extraída do suor e do sangue dos trabalhadores é a condenação final do capitalismo. A superprodução se reflete em uma crise geral da economia mundial, que se encontra em situação muito frágil. O crédito barato já não serve mais para estimular o investimento.

12. Todos os dias, a imprensa proclama uma recuperação. No melhor dos casos, há uma leve recuperação do PIB dentro de um contexto generalizado de estagnação no longo prazo. Para os marxistas não há surpresa nisso. Mesmo em períodos de declínio, o sistema continua se movendo em ciclos, e depois de um longo período de declínio ou de estagnação é de se esperar uma recuperação. No entanto, ela é de natureza tão débil que não implica em qualquer recuperação substancial e não durará.

13. O crescimento limitado se produz em um contexto de política monetária altamente flexível. O Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos manteve a taxa básica um pouco acima do zero desde a segunda metade de 2008 até princípios de 2017. O Banco Central Europeu também baixou sua taxa para um pouco acima de zero.

14. Existem bolhas imobiliárias nos mercados da Grã-Bretanha, Canadá, China e Escandinávia. Os mercados de ações não somente se recuperaram, mas também excederam seus valores de 2007. O índice Dow Jones conseguiu não somente superar, mas também aumentar sua valorização em 36%. A relação "preço/lucro" (isto é, o preço que um investidor paga por US\$ 1 dos lucros ou benefícios de uma empresa) alcançou o seu terceiro pico mais alto na história (os dois anteriores foram em 1929 e 2000). Tudo isso é indicativo não de uma recuperação saudável, mas de outra crise emergente. Também tem o efeito de transferir grandes quantidades de dinheiro à classe capitalista, cujos ativos aumentaram em termos de valor com a afluência de novos créditos.

15. A razão do atoleiro atual é que, nas décadas anteriores a 2008, o capitalismo não só alcançou seus limites, como também superou amplamente seus limites "naturais". A expansão sem precedentes do crédito e da dívida é, em parte, o que permitiu ao capitalismo superar as limitações do mercado e da superprodução. Por outro lado, tivemos a enorme expansão do comércio mundial e a intensificação da divisão internacional do trabalho.

16. Marx explicou que uma das formas pelas quais o capitalismo supera os limites do mercado e da tendência à queda da taxa de lucro é a expansão massiva do crédito e o aumento do comércio mundial, que, parcialmente e du-

rante o período limitado de algumas décadas, permitiu-lhe contornar a outra contradição fundamental: as limitações do estado-nação. Mas ambas as soluções têm efeitos limitados e agora se converteram em seu contrário.

17. Historicamente, os EUA tiveram uma dívida total (pública e privada) em torno de 100 e 180% do PIB. No entanto, ao final da década de 1980 a dívida total chegou a 200% e continuou crescendo até 2009, alcançando seu máximo em torno de 300%. O Japão, a Grã-Bretanha, a Espanha, a França, a Itália e a Coreia do Sul têm dívidas que superam os 300%. A dívida mundial é agora de US\$ 217 trilhões, ou 327% do PIB, a mais alta da história.

18. Marx assinalou em "O Manifesto Comunista" que a burguesia resolve as crises de hoje somente preparando o terreno para crises maiores no futuro. Que obtiveram na última década com toda a dor, a austeridade e o sofrimento? Seu objetivo era reduzir o déficit e a enorme montanha de dívidas sem precedentes que havia se acumulado como resultado do período anterior.

19. Tudo o que fizeram foi converter o que era um gigantesco buraco negro nos bancos privados em um grande buraco negro nas finanças públicas. Os bancos estavam à beira de um abismo e somente foram salvos pela intervenção do Estado, que os salvou ao dar-lhes trilhões do erário. O problema é que o Estado não tem dinheiro, exceto o que pode extrair dos contribuintes.

20. Portanto, a questão é: quem paga? Sabe-se muito bem que os ricos não pagam muito em impostos. Dispõem de milhares de formas de evitar essa dolorosa necessidade.

A classe trabalhadora deve pagar, a classe média deve pagar, os desempregados devem pagar, os enfermos devem pagar, as escolas devem pagar. Todos devem pagar, exceto os ricos, que se tornaram cada vez mais ricos neste período de "austeridade".

21. Tudo isto solucionou algo? Sete das dez maiores economias do mundo têm um déficit público anual superior a 3% do PIB, e somente a Alemanha tem um déficit inferior a 2%. A dívida aumenta por toda parte. Não há como sair da crise a menos e até que estas dívidas tenham desaparecido de uma forma ou outra. E como se elimina a dívida pública? Naturalmente, coloca-se todo o peso sobre os ombros dos setores mais pobres e vulneráveis da sociedade.

22. O cenário que estamos presenciando internacionalmente não tem precedentes. E aqui estamos falando apenas dos países capitalistas avançados. A situação no chamado "Terceiro Mundo", países coloniais e semicoloniais, é outro assunto. Aqui a imagem é de miséria ininterrupta, sofrimento inimaginável, inanição e degradação para bilhões de homens, mulheres e crianças.

O CRESCIMENTO DA DESIGUALDADE

23. Os burgueses estão cada vez mais alarmados pelas consequências políticas da crise. Longe de sentir os benefícios da chamada recuperação, a maioria da classe trabalhadora está em situação pior do que estava antes da queda. O McKinsey Global Institute descobriu que entre 65% e 70% dos "segmentos de renda" das economias avançadas experimentaram um estancamento ou uma queda em sua renda entre

2005 e 2014. Países como a Itália viram afetados todos os segmentos de renda ("Mais pobres que seus pais", *McKinsey Global Institute*).

24. No país capitalista mais rico e poderoso que jamais existiu não houve um aumento real dos níveis de vida durante quase 40 anos. Na verdade, para a maioria dos americanos, os padrões de vida estiveram caindo. E isso não é uma exceção. Em todos os países a atual geração jovem é a primeira desde 1945 que não pode esperar um padrão de vida melhor que o dos seus pais.

25. A polarização da riqueza nos EUA continua sem cessar. De 2000 a 2010, os lucros aumentaram cerca de 80% e os salários cerca de 8%, enquanto que a renda familiar média diminuiu cerca de 5%. Essas cifras mostram que os aumentos massivos de lucros se obtiveram à custa da classe trabalhadora (The Economist, "Que se passa com os trabalhadores?", 25 de maio de 2011. Disponível em: http://www.economist.com/blog/buttonwood/2011/05/profit_margins_and_wages).

26. As cifras das rendas antes e depois dos impostos subestimam o problema. Não levam em conta outros fatores, como o aumento das horas de trabalho e o aumento do número de trabalhadores intermitentes, seja devido aos contratos de 0 hora ou ao emprego temporário, nem aos cortes dos serviços sociais. Tudo isso se soma à pressão total sobre as famílias dos trabalhadores.

27. A crise tem seus efeitos mais dolorosos e diretos nos jovens. Pela primeira vez em muitas décadas, a nova geração não terá os mesmos padrões de vida de seus pais. Isso tem graves consequências políticas. Em todos os países, a

intolerável pressão sobre a juventude se expressa em forte aumento da radicalização política.

MUDANÇA NA CONSCIÊNCIA

28. No período de auge capitalista foi possível fazer concessões à classe trabalhadora, particularmente nos países capitalistas avançados da América do Norte, Europa e Japão. Mas, em um período de crise profunda, os burgueses dizem que já não podem se permitir reformas. Pelo contrário, exigem a liquidação das reformas que foram conquistadas a partir de 1945. Para as massas, o reformismo com reformas tem sentido. Mas o reformismo sem reformas, ou melhor, o reformismo com contrarreformas, não tem o menor sentido, em absoluto.

29. O longo período de crescimento capitalista que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial decretou definitivamente a degeneração da socialdemocracia. Esta degeneração penetrou profundamente em suas fileiras. A maioria dos ativistas mais antigos dos parti-

dos socialdemocratas e dos sindicatos se desmoralizou no período anterior. Estão desiludidos, desorientados e profundamente céticos. Estão completamente fora de contato com o estado de ânimo real e não refletem a classe.

30. Este é um período de choques e mudanças repentinas na situação, que afetam todos os países, sem exceção. O centro político está sendo derrubado por todas as partes e isto é um reflexo da crescente polarização de classes. Onde antes havia estabilidade política, há uma crescente instabilidade. As eleições provocam um choque depois do outro: oscilações bruscas à direita e à esquerda. Coisas que se supunha que não iam acontecer, agora estão acontecendo. Portanto, devemos estar preparados para grandes mudanças, que podem ocorrer mais rápido do que pensamos. Se a esquerda defraudar as aspirações das massas, pode haver um movimento à direita que, por sua vez, preparará grandes oscilações à esquerda.

BRASIL

ECONOMIA, PRODUTIVIDADE E O CUSTO DA FORÇA DE TRABALHO

31. Nesta situação convulsiva mundial insere-se o Brasil. A crise econômica teve aqui seus impactos mais fortes a partir de 2014. A dita recuperação propagandeada pelo governo Temer é uma ilusão. Em três anos a economia do país afundou mais de 8%. Embora tenha saído dos índices negativos dos últimos anos, a expansão

de 1,0% em 2017 é mais uma expressão de estagnação do que de recuperação econômica.

32. O desemprego continua alto. A taxa oficial de 12,9% não contabiliza a brutal elevação do trabalho informal. Segundo dados do próprio governo, o país fechou 20,8 mil postos de trabalho formal em 2017. Entre 2015 e 2017 foram 2,88 milhões de postos de trabalho fechados. Soma-se a isso uma dívida pública

que continua subindo e chegou a R\$ 3,55 trilhões no fim de 2017. Se somarmos as dívidas de estados e municípios a dívida pública alcança 5 trilhões de reais ou 80% do PIB

33. A burguesia brasileira precisa desesperadamente baixar o custo da força do trabalho no Brasil. Após a vitória de Lula em 2002, o proletariado do setor privado brasileiro sentiu-se forte o suficiente para lançar-se em grandes lutas salariais e conquistou, durante cerca de 12 anos, reajustes sempre superiores à inflação. Isso sem nenhuma ajuda do governo que não moveu uma palha para que isso acontecesse. Ao contrário, endureceu e deu exemplo para os empresários endurecerem. Tanto é que a exceção foi para os servidores públicos federais, estaduais e municipais que amargam perdas salariais significativas. Mas, ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho também aumentou. Agora, isso atingiu um limite e tem que parar.

34. Apesar de que desde 2003 a classe trabalhadora vinha conquistando aumentos reais de salário, os capitalistas puderam compensar isso pelo aumento da produtividade através de melhorias técnicas, reestruturações no processo de produção, etc. Quando essas duas possibilidades estancaram, com a vinda da crise mundial de superprodução (não havia mais para quem vender e a dívida asfixia todo mundo) os ganhos reais da classe trabalhadora se tornaram insuportáveis para eles.

35. Por isso concluem que "O Brasil convive com uma legislação trabalhista que tem mais de 70 anos e não é adequada à realidade do mercado de trabalho atual". (Guilherme Mercês, gerente de Economia e Estatística da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Firjan).

36. A situação é grave para a burguesia porque o Brasil é hoje, numa lista de 25 países, o campeão em custo unitário do trabalho (Índice utilizado pelos economistas que mede o custo da produção em relação a salários e encargos de manufaturas). O custo unitário do trabalho no Brasil é de US\$ 1,98, na Argentina é de US\$ 1.87. Já na China o custo unitário do trabalho é de apenas US\$ 0,17. Os EUA têm um custo unitário do trabalho no valor de US\$ 0,41, o Japão de US\$ 0,44, e a Indonésia e o México de US\$ 0,48. Esses dados, de baixo custo unitário do trabalho, são o resultado da combinação da ultra exploração da Mais Valia Absoluta com uma indústria com alta produtividade técnica (Mais Valia Relativa). Assim, quanto mais baixo o custo unitário do trabalho, mais competitiva é a indústria ou o país.

37. Internacionalmente, considerando um patamar de base 100, entre 2001 e 2010 o custo unitário do trabalho no Brasil cresceu 112%, enquanto que, no Japão, no mesmo período, subiu apenas 9%, próximo do patamar de 2001. Nos Estados Unidos, o mesmo custo caiu 14% em dez anos.

38. Se a burguesia brasileira não conseguir inverter isso imediatamente, ela está liquidada no mercado capitalista, e seu lugar de sócia menor e submissa do imperialismo vai ser diminuído para muito menos do que já é hoje. Mas, isso é também o resultado de uma economia que nas últimas décadas aprofundou sua dependência da exportação de matérias primas e abriu as fronteiras para a pilhagem imperialista como nunca se havia visto antes. O Brasil tem assim uma economia cada vez mais controlada pelo capital internacional.

DO IMPEACHMENT AO GOVERNO TEMER

- 39. A burguesia nativa, pressionada por seus representantes políticos no interior do parlamento, contrariando as recomendações da burguesia imperialista, foi aos poucos aderindo ao caminho do impeachment de Dilma, pondo em marcha a retomada do controle direto do aparelho de Estado. O concreto é que, para a burguesia, o governo Dilma/Lula não tinha a capacidade de imprimir com suficiente velocidade e profundidade todas as medidas que julgava necessárias para enfrentar a atual crise internacional. Os dirigentes petistas também já não controlavam as massas, como ficou cabalmente demonstrado em junho/2013, o que os tornava inúteis para a classe dominante. Isso tudo se concretizou no impeachment e na constituição do governo bastardo de Temer/PMDB/PSDB.
- **40.** O governo Temer conta com uma equipe econômica composta por executivos saídos diretamente do mercado financeiro internacional e um ministério quase todo acusado, ou já réu, em casos de corrupção. É um governo extremamente frágil e não tem nenhuma base social real de massa. Mal começou a governar e teve que demitir vários ministros implicados em casos de corrupção e outros crimes. Outros ministros são também acusados de corrupção.
- 41. É um governo cujo objetivo assinalado é rebaixar o custo da força do trabalho (aumentar a produtividade da economia brasileira ampliando a exploração), ou seja, atacar em regra direitos e conquistas da classe trabalhadora e abrir ainda mais o mercado e a entrega das riquezas nacionais ao grande capital financeiro internacional. Seu centro é fazer as contrar-

- reformas que estão sintetizadas na aprovação do teto dos gastos públicos que congela os investimentos por 20 anos, na reforma do ensino médio, na nova lei de terceirizações, na Reforma Trabalhista que abre caminho para o aumento da exploração da classe trabalhadora, corte de verbas e sucateamento da saúde e da educação públicas, além de novos ataques à previdência no horizonte.
- **42.** A aplicação integral da política exigida pela burguesia nativa brasileira, que está prensada entre as conquistas da classe trabalhadora nos últimos anos, de um lado, e de outro, pela baixa produtividade brasileira e a pressão do mercado internacional, é de tal magnitude que provocaria um choque de classe que este governo não tem condições de controlar.
- **43.** O que impediu, bloqueou o desenvolvimento desse movimento em direção à derrubada do governo e a revogação dos ataques o que poderia abrir a via para a derrubada do conjunto das instituições desmoralizadas foram as direções sindicais conciliadoras, em especial a direção da CUT. A burocracia sindical desmontou a greve geral de 30 de junho, o que permitiu a aprovação da Reforma Trabalhista quase sem resistência, e depois levaram uma campanha pela anulação da reforma sem mobilizar a base. Eles preparam o fracasso e depois culpam os trabalhadores de apatia e conservadorismo.
- **44.** Apesar da aparente calmaria na superfície, por baixo acumulam-se elementos para uma explosão. Com um governo de 6% de apoio popular que ataca os trabalhadores, cresce a desmoralização do conjunto das instituições. A Nova República fundada com o

pacto da Constituição de 1988 se fragmenta.

ELEIÇÕES EM MEIO À CRISE

- 45. A imprensa burguesa fez o possível e o impossível para enterrar as manifestações que ocorreram em 29 de setembro e a disposição de luta que lá se expressou. Realizam comparações descabidas com os atos "pró-Bolsonaro" do dia seguinte, que foram dezenas de vezes inferiores, e omitem fatos como as manifestações espontâneas que foram realizadas no transporte público antes e depois das manifestações. Sem contar suas "pesquisas" de intenção de voto e a análise delas, usadas para mostrar que as manifestações "ajudaram" Bolsonaro ao invés de combatê-lo. Bem afinado com todas as ideias da burguesia, Ciro Gomes repercutiu isso em suas declarações.
- **46.** O problema da burguesia é um só: como combater a polarização que ameaça fazer vir à tona a velha luta de classes, burquesia versus proletariado? E isso num ambiente tal que o seu mais fiel servidor (Alckmin) não conseguiu decolar nas "pesquisas" e os que teoricamente dariam sustentação à sua candidatura nos Estados, para conseguirem manter seus postos, aderem com armas e bagagens, com declarações públicas, "colinhas eleitorais" e panfletos, a Bolsonaro.
- 47. Tudo isso acontece no momento em que o sobe/desce nas pesquisas vira motivo de uma intensa especulação financeira na bolsa de valores e no comércio do dólar e de outras moedas. A média e a pequena burguesia procuram em Bolsonaro o seu salvador, enquanto a grande burguesia, os que manejam os fios da economia, no Brasil e nos países

imperialistas, buscam os pontos de contato com os economistas e assessores de ambos os candidatos "melhores posicionados", Bolsonaro e Haddad. Querem garantir a manutenção de tudo como dantes após as eleições.

48. Tentam, ao mesmo tempo, enterrar a "polarização". Só que isso não é possível e seus melhores representantes nos jornais e TVs suspiram inertes com a agudização da luta de classes.

QUEM É BOLSONARO?

- 49. Bolsonaro, um demagogo reacionário e ultraliberal, e seu economista Paulo Guedes são claros em representar os interesses de uma classe: a burguesia.
- **50.** Bolsonaro afirma que o salário é pouco para quem recebe e muito para quem paga e a solução que ele encontra está em como se coloca como porta-voz dos patrões, dizendo que "uma hora os trabalhadores vão precisar escolher entre direitos ou emprego".
- 51. Colocando uma "faca" no pescoço dos trabalhadores, o que ele está dizendo é 'escolham entre desemprego ou trabalhos precário'. A posição de ataque aos trabalhadores ficou clara em como votou o deputado para aprovação da Reforma Trabalhista e da Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos, reduzindo a oferta de serviços públicos inclusive para aqueles que pensam que serão defendidos por ele, como é o caso dos militares.
- 52. No PL da terceirização, Bolsonaro cinicamente se absteve, mas quando ocorreu a votação do projeto de lei para regulamentação do trabalho doméstico, o mesmo votou contra, negando o direito de milhões de tra-

balhadores brasileiros que prestam tal serviço.

53. Paulo Guedes, em entrevista ao *Globo* News, disse abertamente que é necessário uma Reforma da Previdência como a do Chile de 1981, na ditadura de Pinochet. Vale a pena explicar que tal reforma privatizou a previdência. colocando o dinheiro dos trabalhadores em um fundo administrado por capitalistas, que investiram no mercado financeiro. O resultado para a primeira geração que se aposentou nesse modelo é uma redução brutal do nível de vida e poder de compra. Segundo dados de artigo publicado pela BBC, 90,9% dos aposentados recebem menos do equivalente de 149.435 pesos, algo em torno de R\$694,08, enquanto o salário mínimo no Chile é 264 mil pesos, equivalente a R\$1.226,20.

54. Bolsonaro e seu economista apresentam também um programa de privatizações que vai desde as empresas estatais federais, passando pelas estaduais e chega até a educação, com a possibilidade de 'escolha' por parte do estudante, se quer estudar numa escola pública ou privada. Mas é bom explicar à juventude que a massificação do ensino superior privado no Brasil se deu pela falta de investimentos nas universidades públicas. Isso tornou o ensino desde o básico até o superior

para todos impossível e empurrou os filhos da classe trabalhadora para as mensalidades das universidades privadas.

55. Além disso, a universidade privada se tornou uma 'opção' apenas pelo descaso do Estado brasileiro para com a educação e pesquisa, que um governo Bolsonaro pretende continuar, como se pôde ver em sua declaração sobre o incêndio do Museu Nacional: "já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?".

56. Paulo Guedes, economista de Bolsonaro, defende uma agenda ultraliberal para o Brasil, o que envolve, em termos bem claros, entregar as empresas estatais como meio rápido de gerar divisas para o pagamento da dívida pública; aumentar a exploração direta da força de trabalho, reduzindo direitos trabalhistas e previdenciários e o alcance das convenções coletivas de trabalho. A sua proposta de Carteira Verde-Amarela significa fazer prevalecer o negociado sobre o legislado em toda a regra, com os patrões "negociando diretamente" com os trabalhadores.

57. Bolsonaro quer se eleger para atacar o conjunto da classe trabalhadora e sua juventude. E por isso nos contrapomos a ele, explicando que o nosso combate é pelos interesses da classe trabalhadora em seu conjunto.

PARANÁ

58. Muito ainda está por ser dito sobre a crise econômica e política do governo estadual.O obscurantismo da prestação de contas do

estado apenas começa a ser decifrado. É evidente que a conjuntura da crise econômica mundial faz seu pano de fundo. Havia fortes

indícios das dificuldades orçamentárias ainda no primeiro mandato de Beto Richa. Em 2012, o governador não cumpriu a obrigação constitucional de destinar 12% da arrecadação para a saúde. No final de 2013, uma dívida de R\$ 1,1 bilhão com fornecedores e prestadores de serviços deixou parada parte das viaturas de polícia sem combustível ou à espera de manutenção. Telefone e internet também foram cortados. Faltaram alimentos nos quartéis e ração para os cachorros da PM. A situação teria sido sanada com a liberação de empréstimos do governo federal, créditos internacionais e saque dos depósitos judiciais. Não foi. No começo de 2015, levantamento da Folha de São Paulo mostrou que o Paraná fechou o ano de 2014 com o segundo maior déficit no orçamento público da União, com um rombo de R\$ 4,6 bilhões.

59. A Gazeta do Povo, maior jornal paranaense, se apressou em fazer coro com a equipe econômica do governo, explicando a razão do problema: a "generosidade" com que o funcionalismo público foi tratado no último período, com aumentos salariais e benefícios nas carreiras. Segundo a tese, mesmo o comemorado PIB do Paraná – que teria crescido 12,53% entre 2011 e 2013, o dobro do "pibinho nacional" –, não conseguiu acompanhar o aumento do "gasto com pessoal e encargos sociais", que foi de 24% entre 2010 e 2013. Mas essa é a interpretação que agrada ao governo e à burguesia local.

60. Não podemos nos enganar: em momentos de crise, na luta entre Capital e Trabalho, o estado toma para si a tarefa de reduzir os custos da força de trabalho e restabelecer as taxas de lucro que interessam aos grandes capitalis-

tas. O governo Beto Richa, nos primeiros quatro anos, se empenhou em garantir a reeleição, distribuindo recursos para sua base de apoio, beneficiando setores empresariais e evitando fortes atritos com o funcionalismo. Mas em seu segundo mandato, as políticas de austeridade se impuseram: o estado reduziu os custos da força de trabalho, cortou os "gastos sociais" e desencadeou um vigoroso processo de perseguições e criminalização dos que ousaram resistir. Não é simplesmente um "desgoverno" ou uma "má gestão". É o estado cumprindo seu papel: garantir a acumulação do Capital.

TRABALHADORES E JUVENTUDE PARANAENSE: RESISTÊNCIA E PERSEGUIÇÕES

61. No último período, educadores e estudantes da rede pública do Paraná enfrentaram corajosamente os ataques contra a educação pública promovidos pelos governos estadual e federal. Os educadores vêm realizando greves e mobilizações desde 2014, com destaque para a luta contra o saque do fundo previdenciário promovido pelo governo Beto Richa, que culminou, no dia 29 de abril de 2015, no "Massacre do Centro Cívico", quando uma intensa repressão policial deixou centenas de manifestantes feridos. Já os estudantes, em 2016, realizaram o maior movimento de ocupação de escolas do país, com mais de 850 instituições ocupadas. em protesto contra a reforma do Ensino Médio e a PEC do teto dos gastos do Governo Federal.

62. Em meio a uma crise sem precedentes do capitalismo no Brasil, não basta querer jogar todos os custos nas costas da classe trabalhadora. É preciso também silenciá-la. Por isso a

emergência dos projetos de lei do tipo "Escola Sem Partido". A intenção é cercear e criminalizar os que lutam em defesa da educação pública gratuita, laica, de qualidade e para todos. Fazendo eco a essas práticas reacionárias, eis que mais uma ação foi instaurada na rede estadual do Paraná: a perseguição a educadores por suposta participação nas ocupações das escolas e de outras manifestações a partir de 2016.

63. Professores e funcionários das escolas ocupadas foram chamados pelos Núcleos Regionais de Educação para prestarem depoimentos sobre as ocupações. Na instauração dessas sindicâncias, assistentes de áreas e pedagogos dos setores intimaram os educadores em seus horários de trabalho para um processo inquisitório que podia chegar até a 4 horas de depoimento. Diretores também foram colocados na linha de frente e responsabilizados pelas ocupações, sendo citados por terem "permitido" tal movimento. O governo ignora completamente a independência e a autonomia de um movimento legítimo, organizado pelos próprios estudantes.

64. Educadores que cederam aulas, fizeram doações ou simplesmente se colocaram a favor do movimento em redes sociais, estão sendo responsabilizados por incitação às ocupações. Ou seja, manifestar posição é crime! A mordaça está estampada no rosto dos professores, funcionários e estudantes da rede estadual do Paraná.

65. No Paraná são mais de 3.500 casos do funcionalismo sofrendo essa perseguição política. Sem provas, através de ouvidorias anônimas, sindicâncias, processos administrativos e do uso de entulhos autoritários como o Estatu-

to do Magistério, cria-se um clima de coação.

PRISÃO DE BETO RICHA, O GOVERNO CIDA E AS ELEIÇÕES

66. O candidato ao senado e ex-governador pelo PSDB Beto Richa foi preso na manhã de terça-feira, dia 11/09. O tucano é alvo de uma operação do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e da Polícia Federal (PF). Junto ao ex-governador também o acompanham em sua "nova residência", na prisão, a esposa Fernanda Richa e parte do *staff* do governo, como Ezequias Moreira, ex-secretário de cerimonial, e Edson Casagrande, ex-secretário de assuntos estratégicos.

67. Os mandados de prisão incluem diversos figurões da política paranaense, entre eles o empresário Joel Malucelli, que é suplente do senador Álvaro Dias, o grande defensor da Operação Lava Jato; é sogro de João Arruda (PMDB), candidato ao governo e sobrinho de Roberto Requião (PMDB); Joel ainda é primo do Coronel Malucelli, vice na chapa de Cida Borguetti (PP), candidata ao governo do Estado e vice-governadora. O fato atinge em maior ou menor proporção o conjunto das famílias que governam, historicamente, o estado do Paraná!

- **68.** Além disso, Beto Richa é investigado por outros escândalos como os desvios de dinheiro das escolas públicas (Operação Quadro Negro) e corrupção da Receita Estadual (Publicano).
- **69.** Após a prisão, Cida Borguetti, atual governadora do estado que segue a mesma política de Beto Richa, abandona seu "antigo" aliado, afirmando que não possui relações com o que ocorreu. Ratinho Junior que foi secretário do governo Beto Richa e que em

determinado momento declarou "fidelidade canina" ao ex-governador também finge não saber de nada. Fazem isso, com o objetivo de vencer a eleição e apresentarem-se como representantes da "nova política".

70. As prisões e o comportamento de Cida e Ratinho demonstram o estado de putrefação do atual regime político. A raiva e descrença dos trabalhadores se expressa, eleitoralmente e de forma distorcida, na quantidade enorme

de votos nulos, brancos e abstenções nas últimas eleições e que se repete agora.

71. Não temos nenhuma ilusão no Poder Judiciário que fundamentalmente serve aos interesses da classe dominante. A prova disso foi a soltura de Beto Richa decretada, alguns dias depois da prisão, pelo juiz Gilmar Mendes do STF. A corrupção e os poderosos só podem ser varridos pela ação direta dos trabalhadores e da juventude.

CONJUNTURA MUNICIPAL

72. Para Rafael Greca (PMN) e seus secretários a prefeitura não passa de um balcão de negócios para gerir os interesses dos grandes empresários da cidade. Para isso, aplica uma política que alivia o "andar de cima" (empresários) e arrocha o "andar de baixo" (servidores e população trabalhadora da cidade). Já no início do mandato, fechou o guarda volume dos moradores de rua; reprimiu vendedores ambulantes no

centro da cidade; cancelou a oficina de música; aplicou um aumento absurdo na tarifa do transporte engordando os cofres das empresas de ônibus; recebeu os representantes das escolas particulares enquanto o magistério municipal fazia greve; e aprovou, utilizando forte repressão policial, o pacote de maldades que prejudicou a população trabalhadora da cidade e atacou os direitos e a previdência dos servidores públicos.

Análise do Movimento Sindical

73. Infelizmente, na atualidade, a maioria dos sindicatos é dirigida por tendências que defendem a colaboração de classes e o tripartismo (conselhos formados por patrão, trabalhadores e governos). Abandonaram a independência de classe.

74. Entretanto, a convulsiva situação política, faz com que as bases "atropelem" as direções pelegas ou as forcem a entrar em movimento. Segundo dados do DIES-SE, em 2012 o Brasil teve o maior número de greves registrado desde 1996. De 2011 para 2012 houve um aumento de 58% na quantidade de greves realizadas. Dados apontam que em 2013 e 2014 o número de greves dobrou em relação a 2012, chegando a patamares semelhantes ao momento em que CUT e PT surgiram. Tendência que permaneceu nos anos seguintes registrando 2096 greves em 2016 e 1566 em 2017. Além do aumento do número, as greves ganham características de ação de massa. Ou seja, os trabalhadores não fazem "greve de pijama" e/ou ficam restritos às pautas econômicas (salários e condições de trabalho), mas passam a ter uma ação política contra os governos e as instituições.

75. A situação econômica e política exige a retomada dos sindicatos para luta, sob o principio da independência de clas-

se, que só pode ser desenvolvido em uma luta contra a burguesia e seu estado.

O PAPEL DOS SINDICATOS NA LUTA CONTRA O PACOTAÇO

76. Por duas vezes os servidores em greve, em 13 e 20 de junho, através de ação de massas, enfrentaram a polícia e ocuparam o Legislativo, impedindo a votação do "pacotaço". Diante da dificuldade imposta pela luta da categoria, o prefeito, através dos vereadores de sua base de sustentação e a polícia militar do estado, decidiu modificar o local de votação para Opera de Arame.

77. Além das limitações impostas pela geografia do ambiente, um poderoso aparato policial foi montado para reprimir com força uma nova ocupação do espaço de votação. Na terceira oportunidade, os servidores foram brutalmente reprimidos e impedidos de entrar no espaço de votação. A tropa de choque e a cavalaria foram utilizadas para garantir a votação do pacote de maldades do prefeito Rafael Greca. Assim repetiu, lamentavelmente, o comportamento do governador Beto Richa no dia 29 de abril de 2015 e do ex-governador Álvaro Dias em 30 de agosto de 1988.

78. A luta dos servidores públicos de Curitiba nos ensina que, para enfrentar e der-

rotar ataques dessa magnitude, é necessário construir um vigoroso movimento de greve geral por tempo indeterminado que ultrapasse os limites da luta sindical economicista. Foi assim que os servidores de Florianópolis conseguiram derrotar o governo daquela cidade em 2017. Esse combate

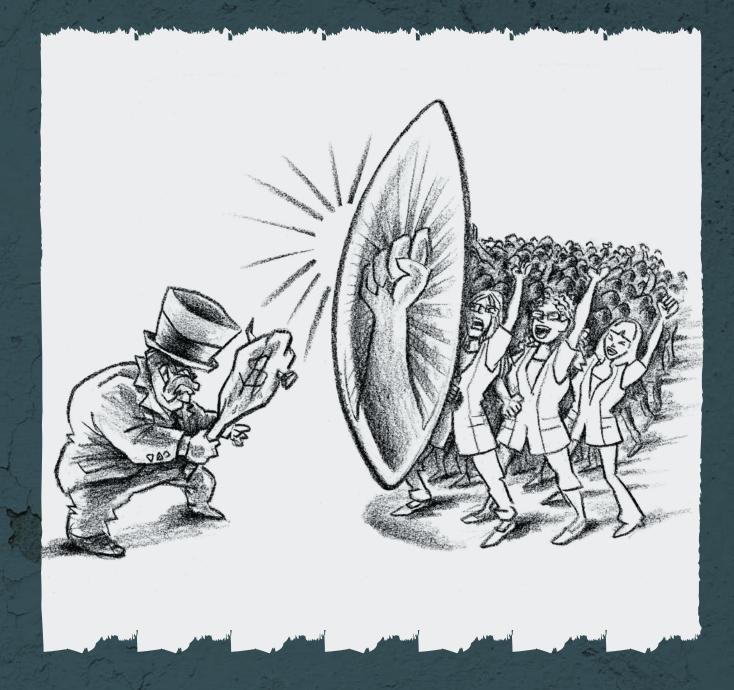
precisar entrar em um patamar superior, de luta política, que envolva o conjunto da classe trabalhadora da cidade contra o prefeito e sua política. Concentrar a luta em ações de ocupação nos dias de votação demonstrouse insuficiente, diante do patamar que a luta de classes assume atualmente.

Programa de Trabalho do Sindicato

- 79. O SISMMAC deve manter em seu programa de trabalho, independente da gestão que esteja à frente do sindicato, os princípios de: a) Independência de classe frente a patrões e governos. b) Autonomia em relação a partidos políticos. c) Trabalho de base e organização no local de trabalho. d) formação política. e) Unidade de ação e solidariedade com os demais trabalhadores em luta. Além de aprimorar, permanentemente, a aplicação desses princípios.
- **80.** No último congresso do SISMMAC uma série de resoluções foi aprovada, sendo algumas integralmente cumpridas e outras não. Apresentamos abaixo algumas propostas de resolução para o programa de trabalho da direção do SISMMAC.
 - Elaborar uma proposta de alteração no Estatuto vigente.
 - Reavaliar a necessidade de participação do

- SISMMAC nos Conselhos da Prefeitura.
- Manter e aprofundar o CR como espaço de formação política (debate sobre conjuntura, por exemplo) e não apenas de repasse ou discussão das pautas da categoria.
- Constituir grupos de estudo e formação política regulares no SISMMAC.
- Promover módulos de formação, seminários e palestras com temas gerais e específicos regularmente.
- Realizar durante as gestões do SISMMAC uma Conferência de Educação para que o sindicato possa formular de forma consistente suas posições relativas às políticas públicas de Educação com tamanho e estrutura semelhante ao congresso.
- Voltar a prestar contas mensalmente em jornal impresso.

Assinam a Tese: Francis Madlener de Lima (EM Jardim Europa), Renato Pizzatto Vivan (EM Francisco Derosso), Andrea Regina Bochnia Ferraz (EM Jardim Europa e EM Maria Clara Brandão Tesserolli), Patricia Lohmann de Almeida Fernandes Cicarello (EM CEI Profª Tereza Matsumoto), Fabiana Barcheky de Camargo (EM CEI Profª Tereza Matsumoto), Patricia Mara Portillo Ribeiro (EM CEI Profª Tereza Matsumoto), Melanie Bordignon da Cruz (EM CEI Profª Tereza Matsumoto), Robson Costa Correia da Silva (EM Paranavaí), Suzana Pivato (EM Paranavaí), Patricia Alves dos Santos (EM Profº Ricardo Krieger), Rosangela de Souza Santos (Aposentada e CMEI Urano), Patrícia Giovana de Morais (EM Moradias do Ribeirão), Izabel Cristina Oliveira (aposentada), Edenilson José Lorenzi (EM Profª Maria Neide Gabardo Betiatto), Dulcinéia Zucyzyn (EM Francisco Derosso), Erik Jason Madlener de Lima (EM Castro), Thays Teixeira de Oliveira (E.M. Raul Gelbeck), Ilene Rocio Machado da Silva dos Passos (aposentada), Clarice Pante (aposentada) e Joslaine Rodrigues (EM Profª Maria Neide Gabardo Betiatto).



Movimento Luta e Resistência – Oposição CUTista

Análise de Conjuntura

CONJUNTURA INTERNACIONAL/NACIONAL

01. Após o processo de impeachment sofrido pela presidenta eleita Dilma Rousseff em abril de 2016, todo o sistema de direitos e garantias conquistados no século XX e XXI com muita luta e resistência dos trabalhadores passam a ser atacados sistematicamente. A política do governo ilegítimo de Michel Temer tem materializado um projeto ultra neoliberal em relação à economia, em relação à cultura e neoconservador no que diz respeito à ideologia cultural. Nestes termos, o estado e suas instituições implementam no país medidas que coadunam com a crescente extrema direita no mundo todo. Tal projeto pode ser verificado com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, claramente ao mesmo tempo esse projeto caracteriza-se pela redução dos valores democráticos, ou seja, mesmo a democracia burguesa já não serve mais, uma vez que coloca em campos opostos os direitos sociais e a acumulação do capital.

02. Nesse contexto, o primeiro semestre de 2018 foi conturbado em relação ao tema das imigrações nos Estados Unidos, com imagens que chocaram o mundo. O

sofrimento é resultado da política de "tolerância zero" contra os imigrantes aprovada por Donald Trump em abril, que determina a prisão das pessoas que entram ilegalmente pela fronteira, relegando crianças a ficarem detidas em "abrigos", separados de seus responsáveis.

03. Por mais que os dois lados da política partidária estadunidense, Democratas e Republicanos, tenham aprovado medidas que atacam os imigrantes, o patamar que esse discurso alcançou com a posse de Trump não deve ser desprezado. Toda a campanha eleitoral dele foi pautada em promessas xenófobas e nacionalistas. Depois de eleito, várias ações tomadas, além dessa discutida aqui, foram nesse sentido, como chamar de "países de merda" nações da América Latina e da África, ao se referir aos imigrantes dessas duas, e proibir a entrada nos Estados Unidos de pessoas provenientes de sete países de maioria muçulmana, entre eles Síria e Irã.

04. Além disso, no meio de toda polêmica da separação das famílias, Trump decretou a saída do país do Conselho de Direitos

Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse órgão foi criado em 2006 para ocupar o lugar da Comissão de Direitos Humanos, nessa ocasião, foi boicotado por outro presidente republicano, George W. Bush que, à época, tinha como representante na ONU John Bolton, atual assessor de segurança nacional.

05. Do outro lado do Oceano Atlântico, a Europa também possui governos que aprovam medidas que atacam os imigrantes. O maior exemplo disso atualmente é a Itália, governada pela aliança formada pelos partidos nacionalistas e eurocéticos Liga Norte e Movimento 5 Estrelas (MS5), que somente fecham os portos do país para duas embarcações contendo imigrantes. Percebe-se o fascismo e intolerância crescendo em termos mundiais.

06. A crise mundial de acumulação do capital de 2014, a crise política e institucional interna no Brasil levam à imediata redução da renda dos trabalhadores, ao desemprego, à exclusão social e racial, são necessários à lógica de acumulação e concentração do capital em nosso tempo, isto é, são funcionais a necessidade dos mais ricos. Isso significa que a desigualdade é uma condição admitida e assimilada pela lógica dos economistas neoliberais, no governo e fora dele, e pelos partidos que sustentam o governo dos sem voto.

07. A decisão dos golpistas, de colocar o Estado e os agentes públicos a serviço do grande capital, não se restringe apenas às fronteiras nacionais. O golpe se erigiu contra a constituição do G20; dos BRICS; do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICs) e uma ordem internacional multipolar que supere a

perspectiva imperialista de um país ou grupos de países, contra a integração latino-americana e caribenha e a soberania dos países de nosso continente pretendendo enfraquecer o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

08. No Brasil, para levar a efeito seu programa antinacional e antipopular, o governo ilegítimo ataca frontalmente a Constituição de 1988, buscando destruir a maioria dos direitos nela estabelecidos. Essa destruição tem algumas frentes: Entrega do Pré-sal para multinacionais estrangeiras, acabando com o regime de partilha; Aprovação da Emenda Constitucional 95 que estabelece um teto para os gastos primários (políticas sociais); Liberação por parte do Supremo Tribunal Federal das terceirizações das atividades fins incluindo a atividade docente como passível de ser entregue à iniciativa privada; e destruição dos direitos trabalhistas consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1943, revogando mais de 100 itens da CLT, o que se caracteriza pelo desmonte do Direito do Trabalho, e uma ameaça clara aos direitos trabalhistas e sindicais conquistados com tanta luta.

09. No Brasil, as principais forças políticas partidárias que atuam no processo de impeachment não conseguem consolidar-se como alternativa para o capital financeiro, e como ao grande capital a democracia torna-se em muitos casos um impedimento para sua acumulação, amplos setores da classe dominante incluindo empresários, conglomerados midiáticos, alguns grupos religiosos e setores do próprio judiciário acenam perigosamente à extrema direita.

10. Assim, na eleição brasileira o candidato

melhor colocado nas pesquisas é Jair Bolsonaro (PSL), seu partido foi o mais fiel às reformas antipopulares e antinacionalistas de Temer e, numa leitura mais aprofundada, compreende-se que este fenômeno político definitivamente não se formou neste ano eleitoral. Sua preferência reside muito antes em seu caráter antissistêmico do que em sua agenda e discurso protofascista. Há muitos apoiadores que não concordam com suas posições a respeito das mulheres, negros ou homossexuais, por exemplo, mas que seguem apoiando-o em sua suposta luta contra o "sistema". Por outro lado, verificamos que no processo eleitoral de 2018 o tema da "moral" é deslocado para o centro das atenções ao passo que a agenda social e econômica que mais afeta a vida dos trabalhadores é posta em segundo plano.

11. Assim, seguir "denunciando" sua retórica autoritária, de conteúdo neofacista, não apenas não é capaz de bloquear seu crescimento e retirar-lhe votos, como também facilita a agregação em torno dele de novos eleitores que não se sentem representados pelo atual sistema político. Percebe-se que, após o ato organizado em 29/09 por milhões de mulheres, com a agenda #elenão# em todo país, resultou no aumento das intenções de voto nesta candidatura.

12. O segundo turno entre Bolsonaro e Hadad representa a polarização entre aqueles que defendem a democracia e aqueles que estariam convencidos de que há uma postura antissistema na proposta da extrema direita, quando na verdade ela já anuncia reformas ultraneoliberais na economia. A polarização também é resultado de equívocos

de governo petista, especialmente por concessões ao capital, mas não é isto que motiva o antipetismo, inclusive orquestrada por setores da esquerda. A extrema direita ataca especialmente onde houve mais avanço no governo, ou seja, nas políticas sociais e de inclusão. Atacam o ciclo progressista, embora contraditório, por apresentar uma agenda em contraposição às políticas neoliberais de redução de direitos sociais e trabalhistas e ampliação das desigualdades.

13. Considera-se que o golpe no Brasil foi o sintoma de um impasse do projeto e de uma ofensiva conversadora que pode ser identificada nos reveses de vários países da região (Golpe no Paraguai, Vitória da direita no governo da Argentina e no parlamento da Venezuela, recusa em plebiscito a um novo mandato de Evo na Bolívia, etc.). O resultado da eleição de 2018 representará a contradição deste período. Ou fazemos uma guinada para a direita fascista, ou elegemos o candidato que representa o projeto democrático popular, que ascende em outros patamares de alianças e compromissos.

14. Entende-se que a ofensiva conservadora tem seu ponto de unidade na retomada do programa neoliberal e no alinhamento e submissão aos Estados Unidos, que voltam novamente seus olhos para América Latina e atua explicita ou veladamente no patrocínio financeiro e ideológico, materializados em partidos de direita e instituições de promoção do neoliberalismo, na mídia oligopolizada e até no aparelho de Estado, especialmente no judiciário.

15. O golpe consolidou uma enorme recom-

posição da direita, patrocinada por um conluio jurídico-midiático com estreitos laços com o imperialismo norte-americano e coesão programática em torno de uma agenda ultraliberal. É justamente a falta de legitimidade social desta agenda, assim como do governo que poderá se erguer em torno dela, que desafia a conclusão dos planos golpistas e organiza a resistência democrática e popular.

16. Aprofundar o caráter popular e classista dessa luta é o desafio dos movimentos sociais e da CUT, Central Única dos Trabalhadores, maior central da América Latina, sendo necessário constante aumento e o engajamento das suas bases, explicitando que a luta contra a agenda ultraconservadora e a luta pelos direitos da classe trabalhadora são urgentes diante de retrocessos que podem ser catastróficos para os trabalhadores e para o movimento sindical.

17. Essa linha de enfrentamento implica

em construir uma bandeira democrática radical que unifique as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e tenha como objetivo colocar o povo como sujeito da decisão política. A experiência acumulada até aqui na luta organizada pelas Frentes é riquíssima. O esforço coletivo de unidade na ação não deve ser menosprezado. Ampliar essa unidade e as iniciativas que mantenham coesa a base social do nosso projeto são ainda mais fundamentais para a resistência que se avizinha.

18. Movimentos contra o avanço da ultradireita conservadora com resistência das mulheres ao candidato Bolsonaro e aqueles que
representam a continuidade das políticas e
reformas do governo Temer eclodem pelo
país. Especialmente o movimento de mulheres avança e apresenta para todo o Brasil não
aceitando o retrocesso contra seus direitos e
sobre a democracia, no maior movimento político eleitoral da história brasileira "Ele Não!".

CONJUNTURA ESTADUAL

19. Em termos estaduais, as políticas conservadoras e de desmonte dos serviços públicos são levadas a cabo pelo governo Beto Richa (PSDB), levando o serviço público estadual a 84 dias de greve em 2015, com o desfecho emblemático de ataque pela polícia militar em 29 de abril, mas a resistência permaneceu, mesmo assim o governo aprovou um saque milionário do Instituto de Previdência dos

Servidores (as) Estaduais, e outras medidas de desmonte das condições de vida e trabalho, embora a resistência conseguiu garantir a continuidade do Plano de Carreira.

20. Mais recentemente apresenta um novo pacote de ajuste fiscal enviado pelo governador Beto Richa (PSDB). Entre as medidas polêmicas, está a que estabelece novas restrições para a concessão de gratificações para

servidores (as) que atuam em áreas de risco e em contato com apenados (as) ou adolescentes em privação de liberdade. De acordo com a proposta, essas gratificações serão limitadas em R\$ 1.955,67 para professores (as) e R\$ 1.576,51 para funcionários (as). O projeto também traz alteração na licença especial remunerada para fins de aposentadoria, que só será concedida após 60 dias do trâmite do pedido desde 2004 ela é concedida após 30 dias. Além da redução dos salários dos professores PSS.

21. Recentemente o governo envolveuse em denúncias de corrupção conhecida como A Operação Quadro Negro, que apresenta diversos nomes de supostos envolvidos com o esquema de corrupção e investigação de desvios de quase R\$ 30 milhões, que deveriam ter sido destinados para a infraestrutura escolar (ao menos, 14 escolas públicas estaduais). Entre os nomes citados por Eduardo Lopes, dono da Construtora Valor, está o do então deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), atual chefe da Casa Civil. Além disso, o delator afirma que parte dos desvios de dinheiro serviram para bancar as campanhas do governador Beto Richa (PSDB).

22. O serviço público estadual, e mais efetivamente os (as) professores (as) através da APP/Sindicato, permanece em movimento contra a violência ao longo do tempo, simbólica e física, como 29 de abril de 2015 e, mais recentemente, contra retirada de direitos, pois o pacotaço permanece em curso e ataca a socioeducação e na defesa que o Estado valorize e trate a educação e o serviço público de direito, e denunciando que no plano federal, estadual e na maioria dos municípios sofrem ataques.

23. Os escândalos envolvendo o governo tucano de Richa (PSDB) não conseguem mais passar desapercebidos pela sociedade e Gaeco e, devido, em grande parcela, ao grande clamor dos servidores estaduais denunciando frequentemente os casos de corrupção, especialmente levado para a sociedade paranaense em 30 de agosto de 2018, o Ministério Público e Gaeco realizam operação inédita em início de setembro sobre os desvios e corrupção no governo de estado, e prendem o ex-governador e vários integrantes do seu mandato, o que faz com que a candidatura ao senado de Richa não resista e caia no ostracismo, seguido de denúncia junto ao MP.

CONJUNTURA MUNICIPAL

24. Na Prefeitura de Curitiba, o governo Greca por meio de seus aliados na Câmara de Vereadores através do famigerado pacotaço acabou com trinta anos de luta e conquista de

direitos. O plano de carreira permanece suspenso e, embora não tenha revogado o direito ao terço de hora-atividade, a ausência de professores para cobrir as licenças e afastamentos impede, muitas vezes, a garantia da totalidade da hora-atividade no cotidiano da unidade educacional. Rafael Greca repete seu primeiro governo. Desavisados foram aqueles que, sem perceber as categorias da dialética, consideram que todos os governos fossem iguais.

25. A direção do Sismmac organizou no primeiro trimestre de 2017 uma greve de cinco dias com a principal reivindicação que a última etapa do plano de carreira fosse cumprida, prevista para dezembro do ano anterior e não cumprida pelo governo Fruet. Cerca de 800 profissionais do magistério aderiram e resistiram diariamente a este movimento que finalizou no retorno aos locais de trabalho sem garantias da implantação do plano de carreira.

26. No mês de junho marcou-se a votação na Câmara de Vereadores do Pacotaço, os sindicatos municipais organizaram uma greve do serviço público para barrar a votação. Buscou-se negociação com os vereadores, ocupação da Câmara, mas o máximo que se avançou foi na suspensão temporária da Sessão de votação. Pode-se considerar alguns equívocos na condução deste período de luta: a greve marcada anterior ao pacotaço já engessou o magistério com cinco dias de reposição, a ausência de negociação com o governo municipal, a suspensão das sessões de votação se davam por ocupação da Sessão, resultando ao governo mostrar uma força maior. Afinal como já nos ensinou a teoria sociológica, o Estado tem o monopólio da violência legal.

27. Outra dificuldade no processo de greve refere-se a suspensão do movimento no meio

de sua construção e do triste reconhecimento que o Magistério estava disposto a parar somente nos momentos de votação para "tentar barrar". A condução deixou o sentimento não da construção de um movimento que efetivamente derrotasse o Pacotaço, "mas que tínhamos que fazer alguma coisa".

28. Dessa forma, em conformidade com a gestão municipal, a maioria no parlamento construiu uma Sessão histórica na Ópera de Arame, contando com milhares de policiais e bombas de gás lacrimogênio, impedindo a aproximação dos manifestantes na ocupação da Sessão, resultando na perda de direitos duramente conquistados em período grande de lutas.

29. Faz-se necessário o Sismmac retomar em suas ações a solidariedade e o sentido da unidade dos trabalhadores, que precisam estar juntos numa central sindical para defender seus direitos. É nesse sentido que nasceu e existe a CUT, a maior central sindical do Brasil com quase 10 mil entidades filiadas e organizando mais de 25 milhões de trabalhadores e quem tem estado na linha de frente das lutas em defesa do direito dos trabalhadores, como a defesa do Pré-Sal para a educação e saúde e a defesa da Lei do Piso (através de suas federações filiadas, como a FUP, a CNQ e a nossa CNTE), combate a BNCC.

30. Devemos lutar por nossos direitos, sem fechar os olhos para o que acontece à nossa volta. Nesse sentido o sindicato deve lutar, sempre junto com a categoria, que deve ser ouvida e ter poder de decisão. Nossa democracia interna é nossa maior arma.

POLÍTICA EDUCACIONAL

31. A publicação no Diário Oficial da União do Decreto Executivo de 26 de abril de 2017 e da Portaria n°. 577 de 27 de abril de 2017, que, respectivamente, desconstrói o calendário da Conferência Nacional de Educação de 2018 (Conae - 2018) e desfigura o Fórum Nacional de Educação (FNE), estabelecido pela Lei 13.005/2014 (Lei do Plano Nacional de Educação), leva entidades preocupadas com a defesa e promoção do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade a se retirarem coletivamente do FNE.

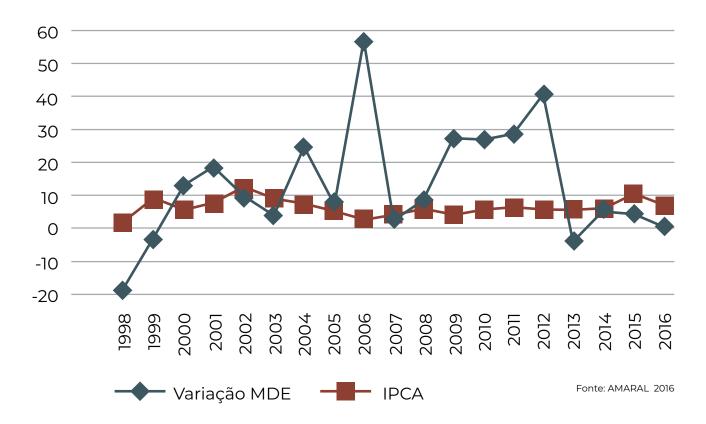
32. A não participação no Fórum Nacional de Educação, após tanto esforço para construí--lo, demonstra que a sociedade civil não tolera intervenções unilaterais e autoritárias em espaços participativos de construção, monitoramento e avaliação de políticas educacionais, sob pena do enfraquecimento irreversível da democracia brasileira. O Governo Temer relegou, ao Ministro de Estado da Educação, a palavra final sobre quem participa ou não do Fórum Nacional de Educação, especialmente porque cabe ao FNE e às Conaes monitorar e avaliar o cumprimento do PNE 2014-2024, além de propor o conteúdo do PNE vindouro, 2025-2035 – conforme disposto nos artigos 5° e 6° da Lei 13.005/2014. Dessa forma, desrespeitam a institucionalidade democrática construída com participação popular, desde a criação da Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 e das Conaes de 2010 e 2014.

33. Para manter a mobilização em torno

dos compromissos com a educação democrática e para todos, as entidades reuniram--se em um espaço de resistência e defesa da participação popular na construção das políticas públicas que denominamos Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). O FNPE decidiu convocar a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE 2018) como forma de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do PNE, seu monitoramento e análise crítica das medidas que têm inviabilizado a efetivação do Plano, em especial, a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece um teto para gastos públicos federais por 20 anos, inviabilizando a consagração plena de todos os direitos sociais, especialmente a educação.

34. A Emenda Constitucional 95/2016 tem um impacto devastador sobre Plano Nacional de Educação. Isso se justifica à medida que, para garantir o direito à educação em todos os níveis, etapas e modalidades, os padrões de investimentos do estado brasileiro deveriam aumentar progressivamente para acompanhar as expectativas estabelecidas em suas metas e estratégias. A referida emenda fere de morte o PNE quando congela os investimentos em MDE, ao congelar o investimento público por 20 exercícios financeiros. Ao aplicar as regras da EC 95 aos investimentos executados entre os anos de 1998 a 2016, vemos que, aplicado o IPCA, os investimentos seriam rebaixados:

GRÁFICO - COMPARAÇÃO ENTRE AS VARIAÇÕES PERCENTUAIS DOS RECURSOS



- 35. Considera-se como implicações decorrentes das reformas em curso: congelamento de carreiras, remuneração e vencimentos. Políticas de dimensionamento aumentando a relação aluno/professor. Criminalização da atividade docente e pedagógica, através do Escola sem Partido. Destruição de princípios constitucionais: como a laicidade e o conceito de público e gratuito.
- **36.** Paralisação de programas como Proinfância, Ciência sem Fronteiras e Pronatec; etc. Esgotamento dos recursos para custeio das Universidades Públicas. Risco de interrupção do pagamento de bolsas de 90 mil bolsistas e 20 mil pesquisadores do Conselho Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) cujo orçamento se esgotará também em setembro de 2017, comprometendo os investimentos em ciência e tecnologia para o presente e o futuro.

- 37. No ano de 2014 tivemos a aprovação do novo Plano Nacional de Educação - PNE, através da lei 13.005/14. O plano apontava vinte metas para educação nacional no próximo decênio ao mesmo tempo que estabelece 10% do PIB para educação.
- 38. A valorização profissional no PNE é trazida na forma de garantia de um aumento do rendimento médio, equiparado a outros profissionais, a planos de carreira, a assistên-

cia financeira da União para garantir o Piso Salarial Profissional Nacional em todo o país, enfim o plano relaciona carreira, piso e formação. (HYPOLITO, 2015, p. 529).

39. Entende-se que a lei do piso do magistério signifique importante conquista para os/as trabalhadores/as em educação, porém atendeu somente parte da categoria (excluindo os funcionários) e não assegurou completa valorização profissional, uma vez que serviu de referência apenas para o vencimento básico dos/as professores/as com formação de nível médio na modalidade normal.

40. A limitação de alcance da Lei do Piso e as lacunas institucionais da política de valori-

zação dos profissionais da educação acabaram criando espaço para sucessivos ataques dos gestores aos planos de carreira da categoria, em especial do magistério, onde, não raro, o "piso" tem se transformado em "teto salarial" – desvirtuando por completo os objetivos da Lei Federal.

41. A Rede Municipal de Curitiba apresentou diversificação de atendimento e expansão do quadro de profissionais de educação ao passo que demonstrou pequena ampliação no total de matrículas. Frente a este quadro cabe considerar como o orçamento para educação se comportou no período, para tanto observaremos a Tabela 1:

TABELA 1: INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE CURITIBA, 2006-2014, VALORES ATUALIZADOS PELO INPC (DEZEMBRO/2014)

Variáveis	Total da receita de impostos	Total da despesa em Educação	Recursos do FUNDEB (recebidos)	Ganho do FUNDEF/ FUNDEB	Valor por aluno FUNDEF/ FUNDEB	Valor por aluno MDE efetivo na EB
2006	2.157.293.716	669.627.109	211.470.824	110.959.104	1.572	4.978
2007	2.339.094.361	636.664.691	223.742.583	81.710.256	1.701	4.841
2008	2.517.650.690	718.100.439	284.103.696	91.939.590	2.086	5.272
2009	2.641.771.506	753.638.522	300.112.934	74.967.520	2.234	5.611
2010	2.764.728.509	849.912.738	324.241.318	92.416.408	2.443	6.403
2011	2.953.190.014	888.189.987	361.919.376	119.803.674	2.756	6.763
2012	3.254.913.221	991.441.315	386.597.568	127.489.563	2.930	7.514
2013	3.392.112.274	1.050.921.459	414.550.311	138.565.822	3.137	7.953
2014	3.419.350.083	1.066.270.800	439.236.562	162.295.482	3.437	8.344
Cresc. %	58,5%	59,2%	107,7%	46,3%	102,0%	67,6%

Fonte: CURITIBA. Relatório Resumido de Execução Financeira. Demonstrativo de Receitas e Despesas com MDE (2006-2014).

42. Se as políticas educacionais no município apresentam avanços em relação à garantia do direito à educação e à valorização dos

profissionais da educação, como podemos verificar nas políticas de carreira adotadas no município através da tabela 2:

TABELA 2. REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, ESTATUTÁRIOS, SEGUNDO TEMPO NA CARREIRA E JORNADA DE 4 HORAS DIÁRIAS, CURITIBA - 2006-2013 - FOLHA DE PAGAMENTO.

Vínculo empregatício		Estatutário						
Tempo de carreira (anos)		até 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 ou mais	
out/06	N	3.235	1.065	1.613	1.140	108	148	
	Rem Média R\$ - indexado	1.800	1.421	1.753	1.944	2.471	2.508	
	Rem. Média R\$	1.131	893	1.102	1.222	1.553	1.576	
	CV*	51%	33%	40%	44%	50%	87%	
out/07	N	3.057	1.934	1.298	1.461	154	156	
	Rem Média R\$ - indexado	1.927	1.721	1.832	2.181	2.621	2.604	
	Rem. Média R\$	1.271	1.135	1.208	1.438	1.728	1.717	
	CV*	51%	36%	36%	44%	43%	78%	
out/08	N	2.698	2.558	682	2.036	289	172	
	Rem Média R\$ - indexado	2.091	1.915	1.874	2.355	2.655	3.008	
	Rem. Média R\$	1.476	1.352	1.323	1.662	1.874	2.123	
	CV*	54%	37%	32%	44%	47%	87%	
out/09	N	2.770	2.883	803	1.985	529	203	
	Rem Média R\$ - indexado	2.204	2.138	2.102	2.589	2.587	3.387	
	Rem. Média R\$	1.625	1.576	1.550	1.909	1.907	2.497	
	CV*	53%	38%	33%	43%	40%	83%	
out/10	N	1.782	4.022	476	2.082	729	232	
	Rem Média R\$ - indexado	2.468	2.448	2.129	2.750	2.848	4.017	
	Rem. Média R\$	1.905	1.889	1.643	2.122	2.198	3.100	
	CV*	51%	37%	29%	42%	41%	90%	
out/11	N	1.561	4.012	1.110	1.708	1.185	263	
	Rem Média R\$ - indexado	2.509	2.523	2.244	2.712	2.984	4.282	
	Rem. Média R\$	2.078	2.089	1.858	2.246	2.471	3.546	
	CV*	51,40%	37,20%	33,60%	38,90%	43,90%	79,80%	
out/12	N	2.583	3.525	2.034	1.350	1.500	316	
	Rem Média R\$ - indexado	2.663	2.697	2.736	2.905	3.382	4.489	
	Rem. Média R\$	2.328	2.358	2.392	2.540	2.957	3.925	
	CV*	48%	38%	39%	38%	45%	77%	

^{1.} Na qual valores indexados pelo INPC/IBGE para dezembro de 2014. O coeficiente de variação foi calculado a partir dos valores nominais/originais da folha de pagamento.

out/13	N	2.651	3.206	2.661	694	2.020	449
	Rem Média R\$ - indexado	2.730	2.687	2.919	2.880	3.559	4.545
	Rem. Média R\$	2.522	2.483	2.697	2.661	3.288	4.199
	CV*	48%	39%	39%	35%	45%	72%
Variação média total indexado		52	89	66	48	44	81
Variação média total nominal		123	178	145	118	112	166

Fonte: Microdados da folha de pagamento da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba dos meses de outubro dos anos de 2006 a 2013.

43. Reconhecer nosso passado nos permite não viver no escuro. Saber o que temos, reconhecer as lutas históricas nos permite maior mobilização e qualificação para enfrentar os desmontes, durante muito tempo políticas importantes para a valorização do magistério eram desqualificadas pelos opositores ao governo federal. Pela estrutura do financiamento da educação nacional, os municípios muitas vezes

necessitam de aporte federal. Obviamente as lutas locais vão direcionando esses investimentos para atendimento da pauta específica da categoria, mas o localismo e o esquerdismo sectário nos aprisiona num mundo sem mediações com a pauta nacional. Nesse sentido, em contrapartida, especialmente a partir do golpe de 2016 estados e municípios passam por desmontes de uma educação pública e de qualidade.

EIXO

Análise do Movimento Sindical

ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL

44. Os primeiros processos de organização da classe trabalhadora na sociedade contemporânea, tendo como ponto de partida a revolução industrial que ocorreu na Europa ainda no século XVIII e foi responsável pelo refinamento

dos processos de produção nas indústrias.

45. Tal processo, que até então acontecia basicamente a partir do trabalho manual do homem e o uso de ferramentas, pouco a pouco passou a ser substituído pela ma-

quinaria, é nessa transição que se efetiva a segregação entre o trabalho assalariado e o capital, de tal forma que as máquinas consideradas meios de produção passam a se concentrar nas mãos de poucos (burguesia) e o trabalho assalariado (proletariado) torna--se uma realidade.

> A maguinaria também revoluciona radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio de mercadorias, o pressuposto inicial era que capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um, possuidor de dinheiro e de meios de produção; o outro, possuidor de força de trabalho. Mas, agora, o capital compra menores ou semi dependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos. A procura por trabalho infantil assemelha-se, frequentemente também na forma, à procura de escravos negros, como se costumava ler em anúncios de jornais americanos. (MARX, 1996, p.28)

46. Essa relação entre burguesia e proletariado não ocorre de maneira amistosa, pois, mesmo que assalariados, esses trabalhadores eram explorados em suas condições físicas e de trabalho, ficando a mercê de longas

jornadas e mínimas condições de trabalho.

- 47. A população assalariada, dessa maneira, passou a ocupar os trabalhos nas fábricas e era, em grande parte, advinda dos campos, passando, portanto, a ocupar maciçamente os espaços urbanos.
- 48. Desta maneira, com o "inchaço" desses espaços, além das péssimas condições de trabalho, também, por consequência, tinham péssimas condições de vida. Cabe salientar que a massa trabalhadora era composta de homens, mulheres e até mesmo crianças, e todos eles expostos as condições de trabalho antes descritas.

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família. (MARX, 1996, p.27)

49. É nesse contexto, de convívio com a miséria, que os trabalhadores europeus passam a se rebelar com a exploração promovida pelo sistema capitalista e pela ausência de direitos sociais, e começam a realizar greves, revoltas, organizados em torno de movimentos e aparelhamentos que fizeram brotar os primeiros sindicatos, como instrumentos de coordenação e fortalecimento da luta da classe trabalhadora em prol de melhorias em suas condições gerais.

É neste momento que surgem os sindicatos; estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e da dominação do capital. Os sindicatos têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais coloquem-se abaixo do mínimo necessário para manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. Os operários unidos em seu sindicato colocam-se de alguma maneira em pé de igualdade com o patronato no momento da venda de sua força de trabalho, evitando que o capitalista trate isoladamente com cada operário. Esta é a função primeira dos sindicatos: impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para seu sustento e o da sua família. (ANTUNES, 1980, p.12)

- **50.** No Brasil, o surgimento do operariado é tardio, em comparação com o modelo europeu e, para explicar a formação da sociedade do trabalho no Brasil, em especial, o início do processo de industrialização na República Velha e suas marcas na organização da classe operária em busca de direitos, utilizaremos como referência principal CARDOSO (2010).²
- 51. O processo de industrialização na Velha República se deu na transição do século XIX para o século XX e uma de suas características principais, no enredo do trabalho assalariado, foi o grande fluxo imigratório na contratação de mão de obra para o mercado de trabalho, mesmo o país tendo um grande contingente de negros alforriados, os trabalhadores imigrantes eram vistos, pelos empresários, como mão-de-obra mais qualificada em detrimento da população negra, desprezada e vista como "preguiçosa" e "não confiável".
- **52.** Dessa maneira, é possível afirmar que o fim do tráfico negreiro e a abolição não foram capazes de inserir a maior parte da população negra no mercado de trabalho assalariado, ficando expostos às margens da sociedade e na consequente marginalização.
- **53.** Nessa época, os trabalhadores, tanto aqueles que ainda estavam no meio rural, como aqueles que se concentravam nos centros urbanos nas grandes indústrias, tanto os imigrantes, quanto à reduzida parcela negra inserida no mercado de trabalho

^{2.} Cabe destacar que, mesmo com o início do processo de industrialização da economia, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, a produção desenvolvida no setor agropecuário também ocorria, inclusive com contratação de mão de obra de imigrante. Até 1930 (crise do café) esse setor teve grande influência na economia nacional.

sofriam, tanto com ausência de condições de trabalho, como com as mazelas sociais urbanas, conforme nos relata SIMÃO apud BANDEIRA JR. (1981, p.61) sobre as condições de vida nas vilas operárias:

> Nenhum conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa capital. Os bairros em que mais se concentram, por serem os que contêm maior número de fábricas, são os do Brás e do Bom Retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos. O mesmo se dá em Água Branca, Lapa, Ipiranga, São Caetano, e outros pontos um pouco afastados.

54. Cabe dizer, também, que no contexto das relações econômicas e sociais, o mercado convivia ao mesmo tempo com a produção agrícola e o início do processo industrial, entre uma era senhorial e uma era burguesa. Nesse sentido, o papel do Estado brasileiro era resultado da convivência entre o arcaico e o moderno, consolidando o poder e a dominação das elites, justificando uma ordem que continuou a produzir a desigualdade social. (FERNANDES, 2006).

55. Dessa forma, é possível afirmar que a herança escravista foi o padrão para modelo de Estado e da sociedade, incapazes de instituir medidas de proteção às desigualdades sociais. Diante disso, foi consequente o surgimento de movimento dos trabalhadores descontentes com suas condições trabalhistas e sociais, desencadeando revoltas e greves, principalmente nos grandes centros industriais.

56. De maneira geral, a década de 1920 foi repleta de manifestações e movimentos de contestação; os trabalhadores eram influenciados em boa parte pelo movimento anarquista e pela Revolução Russa. O operariado, sobretudo imigrante, influenciado pelo movimento anarquista, organizou os sindicatos e uma onda de greves a fim de obter algumas leis que os protegessem. (ARANHA, 2006).

57. Essa circunstância foi fundamental para a organização da classe trabalhadora em redor de associações e entidades, a fim de fazer frentes combativas aos processos de exploração e ausência de direitos, criando-se então os primeiros sindicatos de trabalhadores no Brasil, como podemos observar:

> Foi dentro deste quadro que nasceram os sindicatos no Brasil, cujo o principal objetivo era conquistar direitos fundamentais do trabalho. Nos vários congressos sindicais e operários e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações visando a melhoria salarial, a redução da jornada de trabalho etc. (ANTUNES, 1980, p. 49).

- 58. Quanto à organização e trajetória histórica dos trabalhadores docentes no Brasil, destaca-se que desde o final do século XIX existiam associações (não sindicais) docentes; porém de forma mais estruturadas somente a partir da organização das redes de ensino público, isto é, de 1930 em diante.
 - 59. A sindicalização propriamente dita



ocorre na transição democrática ocorrida durante a ditadura militar, principalmente porque, sendo a maioria do professorado composta pelo funcionalismo público, este esteve impedido de criar sindicatos até a promulgação da Constituição de 1988. No entanto, mesmo com tal impeditivo, essas entidades atuaram de modo combativo, ainda no processo de redemocratização, especialmente após a configuração do "novo sindicalismo" (FERREIRA, 2010).

- **60.** A CUT Central Única dos Trabalhadores - foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que é uma organização sindical brasileira de massas, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.
- **61.** Reconhece a existência de um cenário de configuração e constituição histórica das entidades de classe dos professores brasileiros que se constrói as relações econômicas e de trabalho, o sistema educacional e a organização classista dos professores.
- 62. Em 1948 teve início a luta pela escola pública e gratuita, com o envio do primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao Congresso Nacional. Em 1959, já somavam 11 estados brasileiros com seus professores primários organizados em associações. No ano de 1960, em Recife, foi fundada a primeira Confederação: a CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil.
- 63. Em 1990 a CPB passou a se chamar CNTE - Confederação Nacional dos Traba-

lhadores em Educação, em um Congresso extraordinário cujo objetivo foi unificar várias Federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional. Com a unificação da luta dos Trabalhadores em Educação e o surgimento de novas regras de organização sindical, a CNTE ganha força com a filiação de 29 entidades e quase 700 sindicalizados em todo o país. Atualmente, a CNTE conta com 50 entidades filiadas e mais de um milhão de sindicalizados.

- **64.** Entende-se que os trabalhadores deste país passam por um dos momentos mais difíceis da história. Conforme destacado anteriormente, desde o golpe que afastou uma presidente legitimamente eleita, não param de chover ataques aos nossos direitos. "Reforma" trabalhista, "Reforma" da Previdência, terceirizações... Tudo isso é contra os trabalhadores.
- 65. Na estrutura sindical temos: os Sindicatos, as Federações e as Confederações. Essas entidades reúnem sindicatos da mesma categoria ou Federações. O SISMMAC é um sindicato filiado à CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Se nossa entidade não possuir, por exemplo, representação jurídica como certidão sindical, a CNTE poderá nos representar em acordos coletivos e processos.
- 66. A Central Única dos Trabalhadores representa sindicatos, entre eles, bancários, metalúrgicos, professores, federações e confederações. Inclusive a CNTE. Tanto Centrais como federações e confederações devem contribuir com seus sindicatos filiados e vice-versa.
- 67. Nesse contexto sabe-se que o SISM-MAC é filiado à CNTE e participa do con-

gresso e das lutas propostas pela entidade. Mas não somos filiados a nenhuma CENTRAL, considera-se um prejuízo para a categoria, pois perdemos a visão de conjunto da classe. Em outras palavras, nos apartamos das lutas gerais e, assim, nos enfraquecemos dos ataques dos atuais governos, que não são apenas dirigidos aos professores, mas ao conjunto da classe, vide reforma da previdência, flexibilização das leis trabalhistas, terceirização das atividades fins, entre outros ataques.

68. O Sismmac no contexto de filiação da CUT realizou conquistas importantes para o Magistério e conjunto da classe trabalhadora. Pode-se destacar: Plano de Carreira em 2001, derrubada da necessidade de concurso para avançar verticalmente, igualdade das docências, recomposição da Carreira da docência II, Projeto de Lei para recomposição de todo o passivo do IPMC, garantia do direito à aposentadoria espe-

cial para pedagogos (as) e diretores (as), aplicação da emenda 47 ao Magistério, entre outras conquistas, parte duramente perdida com o Pacotaço.

69. Apoia-se as lutas dirigidas pela CUT, por entender que congrega mais de 3000 sindicatos das diversas áreas do setor produtivo e serviços públicos e conta com princípios de independência, autonomia e solidariedade sindical que ampliam a visão e fortalecem o conjunto da classe trabalhadora.

70. Em 2017 com o Pacotaço do Governo Greca perdeu-se direitos duramente conquistados nos últimos 30 anos, os retrocessos se estendem para além das condições de carreira e salário, passam pelo desmonte de nosso sistema previdenciário e de saúde, IPMC e ICS, respectivamente. Devido às perdas faz-se necessário a construção de uma assembleia e mobilização significativa para retomada do combustível de luta aos/as servidores/as públicos municipais.

POLÍTICA PARA APOSENTADOS (AS)

71. A expectativa de vida aumentou. Há também uma diminuição no índice de natalidade. Deve-se isto à melhoria das condições sócio econômicas de vida, à progressão da medicina moderna e também a um novo estilo de vida. Na Rede Municipal de Curitiba, o número de professores(as) aposentados(as) cresce a cada dia. Precisa-se não só aumentar anos de vida, como também vida aos

anos. Aprendizagem durante toda a vida e educação continuada é uma necessidade num mundo em transformação.

72. O empoderamento do(a) idoso(a) passa primeiro por saúde, depois por seu psíquico e serenidade para que possa conhecer suas potencialidades e limites. Hoje as oportunidades de trabalho e renda consideram "essa gente" que acumula conhecimento e experiência.

POLÍTICAS PERMANENTES

73. O período que se apresenta é bastante desafiador, nos governos que antecederam o golpe tivemos conquistas de ampliação de direitos sociais para diversos segmentos da sociedade que estavam a margem, a população negra, indígenas, mulheres e população LGBT. Após o golpe de 2016 setores burgueses e conservadores com forte influência nos governos resgatam o projeto neoliberal com toda sua perversidade na destruição desses direitos. Neste cenário caótico, as leis autoritárias tentam retroceder os avanços de políticas públicas para o combate da exclusão e a desigualdade.

74. A situação de pobreza no Brasil cresce com a recessão econômica, com o Estado desarticulado e uma sociedade fragmentada, fruto do golpe de 2016. Cada vez mais pessoas estão morando na rua, crianças com direitos básicos negados, imensa quantidade de desempregados. Uma pesquisa feita pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS) e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 e 2017 aponta que 52,1 milhões de brasileiros, isto é, um quarto da população, vivem em situação de pobreza e que são os negros e as mulheres os que mais sofrem com a pobreza no Brasil. Bastam estas constatações para verificarmos que quando há uma crise econômica estabelecida, seja qual for o caminho que levou a ela, as mulheres e a população negra são as que mais sofrem as consequências.

75. Atualmente a palavra gênero foi retirada do Plano Nacional de Educação e dos planos estaduais e municipais. A Câmara dos Deputados, em votação do texto base da MP nº 696/2015, articulou a retirada dos termos da perspectiva de gênero do contexto das atribuições do Ministério das Mulheres, da igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos pois, para os conservadores da sociedade e do Congresso, termos ligados à noção de identidade de gênero e orientação sexual incomodam quando aparecem em documentos oficiais sobre Educação. O termo Gênero foi substituído por "erradicação de todas as formas de discriminação", sem citar quais eram os tipos de discriminação. Entretanto, a antropóloga Michele Escoura, pesquisadora do Núcleo de Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (USP) e do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, explica que a ausência dessas expressões leva a uma visão redutora do assunto. "Pode acontecer de equipes pedagógicas entenderem que trabalhar gênero só diz respeito a falar sobre violência contra a mulher". Em síntese, omitindo as discussões de identidade de gênero e de orientação sexual.

76. Em se tratando da população negra, essa é a mais afetada pela desigualdade e pela violência no Brasil. É o que alerta a Organização das Nações Unidas (ONU). No mercado de trabalho, a população negra enfrenta mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral, afirma o Ministério Público do Trabalho. Quando se trata da educação também não é diferente, os brancos frequentam a escola por mais tempo, enquanto os negros e negras têm

acesso à escola de pior qualidade..

77. Ao falarmos da educação étnico-racial, precisamos encarar os desafios de uma educação antirracista no combate às práticas discriminatórias, da intolerância à diversidade racial e étnica.

78. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação no âmbito escolar, além de serem subsídios para a histórica orientação eurocêntrica da educação brasileira, também impedem que os seres humanos se formem em sua plenitude, livres de preconceitos e estereótipos. "O silêncio oculta o racismo brasileiro. Silêncio a que nos habituamos, convencidos por vezes, da pretensa cordialidade nacional ou do elegante mito da "democracia racial". (HENRIQUES, 2003, p.13).

79. Deste modo se faz necessário romper com o silêncio sobre o racismo nas instituições educacionais. Utilizando instrumentos eficazes de promoção da igualdade racial, como as políticas de implementação da lei 10.639/03 e 11.645/08 que altera a Lei nº 9.394/06 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acrescentando os artigos 26ª, 79A e 79 B e das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

80. Esses documentos representam uma conquista das reivindicações do movimento negro, porém sua homologação não significa uma mudança radical nas relações sociais, pois limita o ensino de história e cultura africana às áreas de educação artística, literatura e história brasileira.

81. O estatuto da igualdade racial também foi um marco na luta racial, instituído em 2010 pela Lei nº 12.288, ele é o suporte jurídico para que as políticas de igualdade racial sejam cumpridas pelo poder público.

82. Por reconhecer a diversidade e a luta dos movimentos sociais em combater as estruturas racistas, machistas, classistas da nossa sociedade.

Programa de Trabalho do Sindicato

LUTAS GERAIS:

- Greve Geral contra as Reformas Trabalhistas:
- Defesa da Lei do Piso Nacional dos Pro-

fissionais do Magistério Público. Contra o PLS 409/16; Petrobras 100% estatal!



- Defesa do Pré-Sal! Anulação de todos os leilões do petróleo; convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana para dar voz ao povo e vazão às Reformas Populares;
- Reforma do Sistema Político, com fim do Senado, respeito à proporcionalidade (um eleitor: um voto) com votação em lista pré-ordenada e financiamento público exclusivo;
- Democratização dos Meios de Comunicação: novo marco regulatório da mídia;
 Reforma agrária já para os acampados!
 Atualização do índice de produtividade e limites de propriedade de terra;
- Reforma urbana: pelo direito à cidade;
- Auditoria das dívidas públicas;
- Reforma tributária com a taxação das grandes fortunas;
- Demarcação das terras indígenas e titu-

- lação das terras quilombolas;
- Revogação da Emenda Constitucional 95 que limita os gastos com serviços públicos durante 20 anos; contra as terceirizacões e OS:
- Contra as privatizações e concessões de empresas públicas.
- Reestatização do que foi privatizado;
- Revogação da lei de responsabilidade fiscal e fim do superávit primário; contra o negociado sobre o legislado e qualquer flexibilização nas Leis Trabalhistas;
- Apoio à luta dos trabalhadores na Venezuela, em defesa da soberania nacional;
- Contra o imposto sindical. Em defesa da independência e autonomia dos sindicatos;
- Em defesa da CNTE e da unidade dos trabalhadores em educação e manter relação orgânica com a mesma.

PAUTA PEDAGÓGICA:

- Contra o Projeto Escola Sem Partido: por uma Educação Plural e Democrática;
- Discussão democrática da Base Nacional Comum Curricular;
- Luta pela educação Pública, Laica, Universal e de Qualidade;
- Lutar pela garantia de tempo integral nos CMEIs;
- Pela manutenção do atendimento dos anos finais do Ensino Fundamental das matrículas existentes;
- Contratação imediata de profissionais de

- apoio à inclusão em detrimento da contratação de estagiários;
- Debate sobre os índices de rendimento escolar, tais como IDEB e Prova Curitiba;
- Revisão e debate sobre os pareceres trimestrais de resultados dos estudantes;
- Debate sobre o Ciclo de aprendizagem e regime de organização por série;
- Defesa do Plano Municipal de Educação de Curitiba;
- Redução do número de estudantes por turma;

- Ampliação e revisão do porte das escolas;
- Manutenção do terço de hora-atividade;
- Manutenção da licença-prêmio;
- Política concreta de apoio à inclusão;
- Ampliação das vagas nos CMAEES, AEE's
- e Educação Especial;
- Por reformas e construções de novos prédios escolares;
- Descongelamento de plano carreira e data-base dos servidores;

FORMAÇÃO:

- Retomada do debate da pauta pedagógica pelo SISMMAC;
- Lutar por condições concretas de trabalho pedagógico, como formação e organização da categoria;
- Promoção de seminários para debate de Propostas Pedagógicas que possam contribuir na qualidade da educação pública;
- Criação de um grupo de estudos de pesquisa e análise sobre as Políticas Educacionais:
- Participação do Sismmac na CONAPE Conferência Nacional Popular de Educação; Educação Inclusiva com responsabilidade e qualidade;
- Combate a perseguição política, o assédio moral e sexual em qualquer instância;
- Defender a EJA como direito e com condições adequadas à permanência do educando;
- Discutir periodicamente sobre as centrais sindicais e futuramente a filiação a uma central sindical, criando uma política de formação sindical para toda a categoria;
- Ampliar a discussão com a categoria no conselho de representantes e demais

- espaços deliberativos sobre os movimentos sociais que estamos contribuindo financeiramente;
- Organizar visitas sistemáticas e qualificadas aos locais de trabalho,
- Valorizar o representante da categoria por local de trabalho, dando autonomia e formação para ampliar o debate e diálogo com a base;
- Compromisso com a liberdade e a autonomia sindical frente aos governos, ao Estado e aos partidos;
- Garantia de plena expressão das correntes de pensamento que compõem o magistério municipal;
- Formação continuada em horários alternativos sobre o plano de carreira que será revisto em 2019;
- Promover o diálogo com os outros sindicatos presentes no município, unificando as lutas gerais;
- Publicação de jornais, revistas, mídias digitais e outros materiais de divulgação das ações do Sismmac e da categoria, com regularidade e distribuição efetiva nos locais de trabalho;



- Participar e dar apoio à participação da categoria no CME (Conselho Municipal de Educação), Conselho do FUNDEB, CAE (Conselho de Alimentação Escolar), Conselho do IPMC e ICS;
- Realização constante de Assembleias da categoria para dar voz à base nas decisões do Sindicato;
- Defender que o IPMC, na retomada de composição de receitas para garantir as aposentadorias e Conselho Paritário; participar regularmente do seu Conselho. Garantir um jurídico forte e organizado para dar continuidade às ações judiciais;
- Criar uma política de formação sindical para toda a categoria;
- Contratação permanente dos serviços do DIEESE;
- Garantir e fortalecer o coletivo dos/as aposentados/as
- Reformular o Estatuto do Sismmac, criando a Secretaria dos/as Aposentados/ as e a Secretaria de Assuntos Previdenciários, IPMC e ICS;
- Participação efetiva no Conselho Municipal do Idoso, para amparo aos professores/as aposentados/as em situação de risco ou abandono;
- Formação política e diversificada considerando as necessidades dos/as aposentados/as. Exemplo: Novas tecnologias, redes sociais, entre outras.

- Fomentar junto a PMC programas de preparo físico e mental, aprendizagem de língua estrangeira;
- Promover palestras, discussões de temas diversos que desenvolvam a capacidade de análise e crítica, propondo situações de mudança e para o coletivo;
- Buscar junto a PMC programas que eduquem o aposentado/a para uma vida independente, capacitando-o para a longevidade que não deve ser vista como um problema, mas como uma oportunidade, desafio e ciclo de vida para todos/as;
- Contra qualquer tipo de discriminação (étnica, gênero, religiosa ou orientação sexual);
- Apoio à luta do movimento negro;
- Contribuir para que o Município fortaleça políticas para igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Realizar um diagnóstico para levantar o número de negros no Município;
- Fomentar uma política pública de permanência, fortalecimento e garantia de aprendizagem da população negra na Educação Básica do Município;
- Implementação e fiscalização do estudo da lei nº 10.639/03 e 11.645/08;
- Lutar pelo combate de todas as formas de discriminação nos diversos documentos e equipamentos municipais.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. C.; O que é sindicalismo? 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARANHA, M. L. A.; História da Educação e da Pedagogia. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de; Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. DE 10/01/2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 demarco de 2004.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

BRASIL. LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394, de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicação, 1996.

BRASIL. Lei N° 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção** e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60 do ADCT, e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. **Regulamenta a alínea** "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: DF, 2008

CARDOSO, A.; A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ESCOURA, Michele. Diferentes Não Desiguais. A questão de gênero na escola. Grupo Companhia das letras,2016



FERREIRA, JR. A.; O novo sindicalismo e os Docentes; In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**; GESTRADO: UFMG, 2010.

FERNANDES, F.; A Revolução Burguesa no Brasil; 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006

HENRIQUES, R. Silêncio- **O canto da desigualdade racial**. In RUFINO, A. Et alli. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

HYPÒLITO. A, L, M; Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: Valorização, Formação e Condições de trabalho. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, set.-dez., 2015 disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n97/1678-7110-ccedes-35-97-00517.pdf;

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas**, Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.- **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.-Brasília:**SECAD,2006.

MARX, K.; **O capital: crítica da economia política**; livro primeiro o processo de produção do capital São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SIMÃO, A.; Sindicato e Estado; São Paulo: Ática, 1981.

Assinam a Tese: Adaisi do Rocio de Paula Cordeir (professora aposentada da EM Papa João XXIII), Adevaldo Francisco da Silva (CAIC BN), Alda Monteiro Sampaio (Câmara de Vereadores), Aline Chalaus Vernick Carissimi (Escola Municipal Rio Negro), Ana Denise de Oliveira (Escola Municipal Papa João XXIII), André Batista dos Santos (Escola Municipal João Amazonas), Andréa dos Reis Ramos (EM Piratini), Angela Maria de Castro (Escola Municipal Dona Pompília), Aramilda do Rocio de Antonio Martins (professora aposentada), Beatriz Schelbauer do Padro Gabardo (EM Germano Paciornik), Clarice Maria Raimundo (EM Albert Schweitzer), Claudia Senra Caramez (EM Papa João XXIII), Doniasol Vanessa Sloboda (CAIC Bairro Novo), Douglas Danilo Ditrich (EM Nivaldo Braga), Edna Ap de Almeida Kikina (EM Newton Borges), Elecy Maria Luvizon (professora aposentada - CEI José Lamartine), Ivete Maria Zanette (professora aposentada CEI José Lamartine e EM Herley Mehl), Janaina Rocha dos Santos Laforce (EM D Manuel da Silveira D' Elboux), Jucelia de Jesus Seixa (professora aposentada do CEI Francisco Frichmann), Karine Simone Becker (EM Rio Bonito), Lorici Kuhn Corsi (CEI Monteiro Lobato), Patrícia Tavares (EM Newton Borges), Patrick Leandro Baptista (EM Alber Schweitzer), Kathleen Schmidlin Marczynski (EM Joaquim Távora), Maria José de Souza (EM CEI Jose Lamartine), Marilu Lúcia César Ferreira (professora aposentada EM Durival de Brito), Marina Godoy (EM Prof Erasmo Piloto), Miguel Angel A. Baez (CEI Francisco Klemtz), Marcela Alves Bonfim (EM Professor Brandão), Maria Cecília Alves Simões Ferreira (EM São Luiz), Maristela Meira Goinski (EM João Amazonas), Maria Luciana dos Reis Ramos (EM Professor Francisco Hubert), Mirian Bialli (EM Papa João XXIII), Monica França (EM Professor Guilherme Butler), Rosana Silva Pereira (EM Otto Bracarense Costa), Rosemari Ribas Bertaia (professora aposentada - CEI Monteiro Lobato), Sandra Godoy Maestrelli (EM Joana Raksa), Sandra Regina Tissot do Herval Silva (professora Aposentada - Escola Papa João XXIII), Simeri de Fatima Ribas Calisto (EM Rio Bonito), Silvane dos Santos (EM João Amazonas), Tania Izolina Chupel Zene Ribeiro (EM Vila Torres), Vilma Aparecida Ramos (CEI José Cavallin), Vilma dos Santos Costa (EM Professor Erasmo Piloto).

REGIMENTO DO XII CONGRESSO DO SISMMAC

Artigo 1º - No XII Congresso participarão congressistas delegados(as) e observadores(as), na forma do Regulamento do XII Congresso credenciados até as 13h30 do dia 30 de novembro de 2018.

§ Único: Os suplentes serão credenciados em substituição aos delegados(as) efetivos(as) até às 11h do dia 30 de novembro de 2018.

Artigo 2º - São congressistas delegados(as), conforme o Regulamento do XII Congresso, com direito à voz e voto nos trabalhos do Congresso, os profissionais do magistério eleitos(as):

- I Nas assembleias nos locais de trabalho até o dia 7 de novembro de 2018:
- II Nas assembleias específicas de aposentados(as) ou licenciados(as) do dia 7 de novembro de 2018, nos termos do parágrafo 4° do artigo 5° do Regulamento do XII Congresso do SISMMAC;
- III membros da diretoria executiva, suplentes da executiva e conselho fiscal.
- **Artigo 3º** São congressistas observadores(as) os profissionais do magistério do município de Curitiba, credenciados junto à comissão organizadora, com direito à voz nos trabalhos do Congresso e sem direito a voto.

Artigo 4º - No XII Congresso poderão participar como observadores(as) outros(as) trabalhadores(as) convidados(as) pela direto-

ria e/ou comissão organizadora com direito à voz e sem direito a voto.

Artigo 5º - A identificação do(a) congressista e dos(as) observadores(as), durante os trabalhos do XII Congresso, será feita mediante crachá de identificação.

Artigo 6° - O XII Congresso contará com plenária de abertura, mesa de debate, grupos de trabalho e plenária final.

Artigo 7° - As mesas de debate e as plenárias terão uma mesa coordenadora indicada pela comissão organizadora e será composta por um(a) coordenador(a) e no máximo dois(duas) secretários(as).

Artigo 8º - Aos coordenadores da mesa dos trabalhos caberá conduzir os debates e cumprir e fazer cumprir o Regulamento do XII Congresso e este Regimento.

§ Único: Quando o coordenador(a) desejar debater qualquer assunto, deverá passar a coordenação dos trabalhos a um dos componentes da mesa.

Artigo 9º - Após a instalação dos grupos de trabalho seus membros elegerão um relator(a) que comporá a mesa dos trabalhos dos grupos, junto ao coordenador indicado pela comissão organizadora.

Artigo 10º – Os eixos Análise de Conjuntura e Análise do Movimento Sindical serão debatidos na plenária de abertura, ficando



os encaminhamentos a serem apreciados na plenária final.

Artigo 11º – O eixo de Programa de Trabalho do Sindicato será debatido na Mesa de Debate e nos Grupos de Trabalho.

§ Único: Os grupos de trabalho deverão debater sobre o eixo Programa de Trabalho do Sindicato com base nos encaminhamentos contidos nas teses inscritas para o XII Congresso SISMMAC.

Artigo 12º – A comissão de sistematização receberá propostas para a plenária final durante o trabalho dos grupos até às 11h30 do dia 1º de dezembro de 2018.

Artigo 13° – Os trabalhos da plenária final serão baseados no caderno de emendas, que conterá as propostas apresentadas no Caderno de Teses e as demais aprovadas nos respectivos grupos de trabalho por pelo menos 20% (vinte por cento) dos votos.

Artigo 14º – O tempo de intervenção nas plenárias e nos grupos é de três minutos prorrogáveis por mais um.

Artigo 15° - A plenária de abertura, que abarcará os eixos Análise de Conjuntura e Análise do Movimento Sindical, e a mesa de debate, que tratará do eixo Programa de Trabalho do Sindicato, funcionarão da seguinte forma:

- a) Uma hora e meia para apresentação das teses. Cada fala poderá ser feita por um ou mais debatedores, dentro do tempo estipulado.
- b) Após todas as falas, serão abertas inscrições para delegados(as) e observadores(as) com o tempo de três minutos prorrogáveis por mais um. Garantindo uma hora e meia para re-

alização do debate das exposições. A abertura de novas inscrições poderá ser reavaliada na própria plenária.

Artigo 16° - As propostas realizadas nos grupos ou na plenária final terão uma intervenção a favor e uma contra. As questões consideradas polêmicas pela maioria dos congressistas deverão ter duas intervenções a favor e duas contra.

- § 1° A sistemática no momento das defesas será a seguinte: em primeiro lugar fala aquele(a) que propõe a mudança na proposta, na sequência fala aquele(a) que quer manter o texto original.
- § 2° Quando o(a) coordenador(a) dos grupos ou da plenária final abrir espaço para intervenção de defesa, e não houver inscrição contrária, a proposta deve ser colocada em votação.

Artigo 17° - As votações, nos GTs e na plenária final, dar-se-ão da seguinte forma:

- a) Cada delegado(a) terá direito a 01 (um) voto, nos termos do artigo 12° do Regulamento do Congresso;
- b) As votações serão feitas mediante o levantamento dos cartões de votação dos(as) delegados(as);
- c) A aprovação de proposta será por maioria simples dos votos;
- d) O delegado que desejar fazer declaração de voto deverá se abster da votação e apresentar o crachá para a mesa coordenadora após a votação. O delegado terá 1 (um) minuto para fazer a declaração de voto;
- e) Em caso de dúvidas, a mesa refará a votação. Se a dúvida persistir, a mesa procederá a contagem de votos;



- f) Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação;
- g) Em caso de empate, será aberta mais uma fala para cada posição e posteriormente será refeita a votação;

Artigo 18º - As moções deverão ser apresentadas para a comissão organizadora até as 11h30 do dia 1º de dezembro de 2018.

§ 1º Serão submetidas à aprovação na ple-

nária final apenas as moções que obtiverem no mínimo a assinatura de 10% dos(as) delegados(as) do Congresso.

§ 2° - Serão consideradas aprovadas as moções que obtiverem maioria simples de votos dos(as) delegados(as) na plenária final.

Artigo 19° - Os casos omissos serão resolvidos pela comissão organizadora e, em última instância, pela plenária final do Congresso.



